



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Cultura Política Libertária nos Movimentos Sociais Contemporâneos

Rui Carlos Coelho Miranda Ferreira

Professora Doutora Inês Conceição Farinha Pereira

Professor Doutor Fernando Humberto Santos Serra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Sociologia

Lisboa
2016

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Cultura Política Libertária nos Movimentos Sociais Contemporâneos

Rui Coelho

Professora Doutora Inês Pereira

Professor Doutor Fernando Serra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Sociologia

Lisboa
2016

Abstract

The first decade of the 21st century has been marked by intense social movement activity. All across the globe, contemporary movements seem to adopt similar axiological options, organizational models and action strategies, as horizontalism, direct democracy and network-shaped articulation. Authors as David Graeber, Uri Gordon and Richard Day characterize this phenomena as a libertarian political culture diffusion among activist collectives. This study departs from a set of on-site individual semi-structured interviews with activists of Lisbon's contemporary social movements in order to determine if there is an analogous process in that *millieu*.

Keywords

Social movements; political culture; political participation; activism; horizontalism; network.

Resumo

A primeira década do século XXI tem sido marcada por intensa atividade no que aos movimentos sociais diz respeito. Por todo o mundo, os movimentos contemporâneos parecem adotar opções axiológicas, modelos organizacionais e estratégias de ação semelhantes, como o horizontalismo, a democracia direta e a articulação em rede. Autores como David Graeber, Uri Gordon e Richard Day caracterizam tal fenómeno como a difusão de uma cultura política libertária entre os coletivos ativistas. O presente estudo parte de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, individuais e presenciais com ativistas dos mais recentes movimentos sociais em Lisboa a fim de aferir se existe um processo análogo neste meio.

Palavras Chave

Movimentos sociais; cultura política; participação política; ativismo; horizontalismo; rede.

Índice

Introdução.....	1
1 - Enquadramento Teórico.....	3
Cultura Política, Movimentos Sociais e Cultura Política Libertária	3
1.1 - Cultura Política.....	3
1.2.1 - Movimentos Sociais.....	6
1.2.2 - Movimentos Sociais em Lisboa no Quadro da Crise da Dívida e da Política de Austeridade.....	7
1.3.1 - Uma Cultura Política Libertária.....	11
1.3.2 - Principais Contributos Teóricos	12
1.3.3 - Operacionalização e Caracterização do Conceito.....	16
1.3.4 - Origens e História	20
2 - Metodologia.....	23
2.1 - Objetivos e Perguntas de Pesquisa	23
2.2 - Delimitação do Objeto.....	23
2.3 - Técnica de Recolha de Dados	23
2.4 - Modelo de Análise.....	26
2.5 - Construção do Guião	27
2.6 - Limitações à Investigação	27
2.7 - Técnica de Análise de Dados.....	28
3 - A Cultura Política dos Movimentos Sociais em Lisboa.....	29
3.1 - Horizontalismo.....	29
3.2 - Participação	30
3.3 - Pluralismo	32
3.4 - Dominação.....	34
3.5 - Capitalismo	35
3.6 - Representação Política	36
3.7 - Democracia Direta e Consenso.....	38
3.8 - Rede.....	39
3.9 - Ação Direta e Prefiguração	41
Conclusão.....	43
Bibliografia.....	48

Anexos.....	54
Anexo A.....	54
Anexo B.....	58
Anexo C.....	59
Anexo D.....	61

Introdução

O início do século XXI tem sido marcado por uma onda global de ativismo (Carson, 2011; Kennedy, 2011; Dores, 2012; Graeber, 2013; Nail, 2013b). Desde as insurreições na Grécia, às revoltas pela democratização no Norte de África, passando pelo cyberativismo e pela resistência à austeridade nos países ocidentais, têm surgido, por todo o mundo, diversas manifestações de contestação e participação alternativa.

Neste contexto de multiplicação e novidade, diversos autores têm chamado a atenção para o fenómeno do desenvolvimento de uma cultura política libertária (Epstein, 2001; Graeber, 2002; Gordon, 2008; Nail, 2010; Gibson, 2011). Tal tendência seria observável no recurso, por parte dos movimentos sociais contemporâneos, a valores, modelos organizacionais e estratégias de atuação tradicionalmente associados aos grupos anarquistas.

A historiadora judia Barbara Epstein foi a primeira a refletir acerca da adoção de uma cultura política libertária por parte dos movimentos sociais contemporâneos. No seu texto *Anarchism and the Anti-Globalization Movement* (Epstein, 2001), a autora identifica a hegemonia de uma cultura política marcadamente libertária entre o movimento alterglobalista.

Observações equivalentes têm sido publicadas por cientistas de diversas áreas do saber (com destaque para a Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Filosofia). Gordon (2005, 1), por exemplo, regista *um retomar dos valores anarquistas num largo conjunto de movimentos*; enquanto Graeber e Grubacic (2004) apontam como *em todo o lado, da Europa do Leste à Argentina, de Seattle a Bombaim, as ideias e princípios anarquistas* inspiram os movimentos sociais contemporâneos.

O estudo desta temática é muito relevante e atual para a Sociologia, mais concretamente para a área disciplinar da Sociologia Política, pela forma como dialoga com as suas pretensões de compreensão dos processos de formação e difusão de cultura política, bem como dos fenómenos de exercício e distribuição de poder no seio da vida em sociedade.

Os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se como formas de participação política, bem como de formação de cultura política. Assim, é imperativo, em cada momento histórico, um olhar científico sobre os movimentos que procure entender e caracterizar os fenómenos sociais que a estes dizem respeito. É igualmente importante que esse olhar seja sensível às especificidades e tendências locais.

Nesse sentido, o presente estudo propõe-se a alcançar os objetivos gerais de contribuir para a compreensão do atual modelo de movimentos sociais contemporâneos, bem como descrever as especificidades dos movimentos em Lisboa. Tais orientações gerais concretizam-se na persecução da meta específica de clarificar se o conceito de cultura política libertária se aplica ao desenvolvimento concreto dos movimentos sociais em Lisboa contemporâneos. Para tal, a investigação procura centrar-se na resposta à seguinte pergunta de pesquisa:

- É possível encontrar traços característicos de uma cultura política libertária entre os movimentos sociais em Lisboa contemporâneos?

De modo a dar resposta a tal interrogação foi adotada uma metodologia de natureza qualitativa. Foram realizadas um conjunto de entrevistas semiestruturadas, individuais e presenciais a diversos ativistas de movimentos sociais em Lisboa surgidos a partir de 2010. Os entrevistados foram escolhidos por oportunidade, tendo-se recorrido ao método de bola-de-neve para alargar a seleção até ser atingido o ponto de saturação.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos. Primeiramente são apresentados os conceitos fundamentais: cultura política e movimentos sociais, com uma breve descrição dos principais movimentos e eventos do meio ativista lisboeta desde o início da crise económica global. O enquadramento teórico prossegue com uma análise detalhada do conceito de cultura política libertária nos movimentos sociais contemporâneos, os principais contributos teóricos para esta noção, a sua caracterização e um breve olhar sobre as suas origens e história.

O segundo capítulo é constituído por uma nota metodológica que inicia pela exposição dos objetivos e perguntas de pesquisa, bem como pela delimitação do objeto de estudo. De seguida é apresentada a técnica de recolha de dados, o modelo de análise e explicado o processo de construção do guião de entrevista. Por fim, existe uma reflexão acerca das limitações à investigação seguida da apresentação da técnica de análise utilizada.

No capítulo final são apresentados os dados recolhidos. Seguindo as características da cultura política libertária, conforme explicitadas no modelo de análise, são exibidas as tendências gerais dos movimentos sociais em Lisboa contemporâneos, a par das exceções mais notáveis. Tal apresentação termina com a resposta à questão de pesquisa e com uma proposta de classificação dos movimentos em Lisboa em função da sua cultura política.

1 - Enquadramento Teórico

Cultura Política, Movimentos Sociais e Cultura Política Libertária

O presente capítulo pretende apresentar o quadro conceptual respeitante ao estudo em causa. Deste modo, é explorado o conceito de cultura política, bem como o de movimentos sociais, com uma breve nota acerca da relação entre ambos. Por fim, a noção de cultura política libertária no contexto do ativismo contemporâneo é discutida com ênfase nos principais contributos teóricos, caracterização e percurso histórico.

1.1 - Cultura Política

Elkins declarava, em 1979, que *cultura política é um dos conceitos mais populares e sedutores da Ciência Política; é também um dos mais controversos e confundidos* (Elkins, 1979, 127). Apesar das controvérsias e insuficiências que rodeiam o conceito, cultura política mantém-se um termo de importante valor para a compreensão das atitudes políticas determinada população.

Não se trata, de todo, de uma ferramenta conceptual recente. De facto, *a reflexão sobre as diferenças entre nações a nível dos reflexos do poder político na conduta dos seus cidadãos remonta, num sentido amplo, a Heródoto* (Espírito Santo, 2006, 57). Do mesmo modo, no *Dicionário de Política* editado por Bobbio, Giacomo refere:

“Estudiosos, observadores e pensadores de todos os tempos têm com frequência acentuado não só a multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes, como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significado à vida política em determinados contextos.”

(Giacomo, 2004, 306)

Estudos pioneiros acerca da cultura, vindos de áreas disciplinares diversas, tais como a antropologia e a sociologia, assim como a política comparada (Espírito Santo, 2006, 57), como os de Tocqueville, Mead ou Benedict, que visam estabelecer uma *comparação ente Estados de forma sistemática* (Espírito Santo, 2006, 57), podem igualmente ser tidos entre os antecedentes da reflexão acerca do referido conceito.

Não obstante a antiguidade da reflexão acerca dos elementos que constituem a cultura política dos diversos povos, foi em 1956 que o conceito foi pela primeira vez definido por Almond, na sua obra *Comparative Political Systems*. O politólogo americano definiu-o como um *padrão*

particular de orientações de ação política (Almond, 1956, 396). É-lhe, neste contexto, atribuído um sentido *ligado às características e valores políticos inerentes a cada contexto político e potenciadores de diferenças de funcionamento do mesmo face a outros sistemas políticos* (Espírito Santo, 2006, 58).

Dez anos mais tarde, num artigo coautorado por Powel, Almond fornece uma nova definição de cultura política, apresentando-a como um *conjunto de padrões e sentimentos acerca da política corrente numa nação a um tempo determinado* (Almond e Powel, 1966, 25).

Ao longo da década de 60, o conceito de cultura política conquistou proeminência nos ambientes académicos. Como refere Espírito Santo, *a partir deste período começou a ser empreendida investigação específica aliada a estudos extensivos acerca da cultura política* (Espírito Santo, 2006, 58).

O interesse por esta temática esmoreceu nas décadas seguintes. Gibbins (1990, 2) aponta como *o estudo da cultura política atravessou primeiro uma estagnação e depois um gradual desaparecimento*. Tal fenómeno seria identificável, segundo Gibbins, tanto na acentuada diminuição do número de estudos dedicados ao assunto, como no consenso à volta do paradigma proposto por Almond.

É deste período a obra *Political Culture*, do britânico Kavangh onde cultura política é concebida como o conjunto das *orientações em relação aos objetos políticos* (Kavangh, 1972, 10). Tais orientações seriam determinadas por elementos como tradições, memórias, normas, emoções e símbolos, e teriam um papel significativo na formação de *predisposições para a ação política* (Kavangh, 1972, 11).

Em 1990, Almond (1990, 144) define cultura política como um *conjunto de orientações subjetivas em relação à política numa população nacional ou subconjunto de uma população nacional*. O autor explora ainda as componentes cognitivas, afetivas e avaliativas destas orientações, bem como as suas origens e impactos no sistema político (Almond, 1990). Tal perspetiva aproxima-se da defendida no mesmo ano por Inglehart, para quem cultura política se refere a *orientações subjetivas variáveis que refletem o processo de socialização e as experiencias do individuo* (Inglehart, 1990).

Já em 2000, Almond *et al.* (2000, 49) afirmam que as *atitudes públicas em relação á política e o seu papel no âmbito do sistema político* constituem *aquilo a que chamamos cultura política de uma nação* (Almond *et al.*, 2000, 49).

No âmbito deste estudo o termo cultura política é utilizado tendo em vista o *conjunto de orientações subjetivas em relação à política (...)* [num] *subconjunto da população nacional* (Almond, 1990, 144), sobretudo na medida em que estas afetam as opções axiológicas, modelos de organização e estratégias de ação exibidas por esse grupo.

O motivo da opção pela referida definição prende-se com a sua adequação ao estudo dos movimentos sociais enquanto portadores, criadores e difusores de cultura política. Primeiramente, o sentido lato da aceção engloba as várias dimensões de orientações subjetivas que constituem a cultura política dos movimentos. Acomoda-se, ainda, à finalidade em causa na medida em que explicita subconjunto da população nacional como uma possível unidade de análise.

Se é verdade que, como observaram Pye e Verba (1965, 7), os diversos elementos subjetivos que constituem a cultura política de uma população *representam padrões coerentes que encaixam e se reforçam mutuamente*, isto não significa *que todos os grupos sociais partilhem a mesma cultura política ou que os valores e crenças estejam igualmente distribuídos pela população* (Diamond, 1994, 8).

Por esse motivo, o estudo da cultura política dos movimentos sociais contemporâneos pertence, necessariamente, ao âmbito das análises de nível meso. Tal nível da cultura política é concebido por Eatwell (1997, 9) como referindo-se a *organizações sociais intermédias às quais os indivíduos pertencem*.

1.2.1 - Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são uma das formas sociais que funcionam como repositório e criador de cultura política. São parte essencial da vida em sociedade e, como tal, são identificáveis ao longo da história sob as mais diversas formas e tipologias.

Esta mesma diversidade, aliada ao carácter multidisciplinar de que se tem revestido o estudo da temática em causa, contribui para que movimento social se configure como um conceito polissémico (Tilly e Wood, 2009), difícil de definir. De facto, como referem Klandermans *et al.* (1988), por excesso ou por defeito, todas as conceptualizações do termo são insuficientes.

No seu texto *Movimentos Sociais*, Chazel apresenta a seguinte proposta de definição:

“Empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados.”

(Chazel, 1995, 266)

O politólogo catalão Badia substitui a noção de mudanças sociais e políticas, de Chazel, por conflito com as elites, ao mesmo tempo que introduz a identidade coletiva como critério:

“Rede de interações informais entre indivíduos, grupos e/ou organizações que, em interação habitualmente conflitual com as autoridades políticas, elites e oponentes – e compartilhando uma identidade coletiva diferenciada (...) -, procuram introduzir mudanças (...) no exercício ou distribuição do poder em favor de interesses cujos titulares são coletivos ou categorias sociais indeterminados e indetermináveis.”

(Badia, 2001, 400)

De forma mais sintética, os mesmos pontos são referidos por della Porta e Diani (2006). Os autores apresentam três critérios para a inclusão de um coletivo na categoria dos movimentos sociais: relações de confronto com oposição identificada, densas redes informais e uma identidade coletiva distinta.

Outra classificação é sugerida por Snow *et al.* (2010, 11), que articulam a ideia de confronto com o critério da ação extrainstitucional. Os autores entendem movimento social como uma *coletividade que atua com algum nível de organização e de continuidade, fora dos canais institucionais ou organizacionais, com o propósito de desafiar a autoridade.*

Independentemente da definição, o termo movimento social refere-se a uma categoria que abrange uma notável pluralidade de comportamentos coletivos de dimensão política, económica, cultural ou religiosa (Stock *et al*, 2005). Tendo em conta as definições apresentadas, optou-se por entender como movimento social qualquer grupo dotado de uma identidade coletiva que, através de ação extrainstitucional, confronte as autoridades e normas estabelecidas no sentido de introduzir alterações políticas.

Deste modo, encontram-se excluídos movimentos sociais de cariz exclusivamente religioso ou cultural. Foram igualmente retirados do objeto de estudo organizações que privilegiem estratégias de ação institucionais, incluindo partidos políticos ou movimentos sociais que tenham como objetivo formar novas forças partidárias.

1.2.2 - Movimentos Sociais em Lisboa no Quadro da Crise da Dívida e da Política de Austeridade

É observável, na sequência da crise da dívida e da política de austeridade, um crescimento do número e atividade dos movimentos sociais (Lima e Artiles, 2014). Esta tendência concretiza-se no aparecimento e desenvolvimento de uma variedade de coletivos tendencialmente horizontais e participativos.

Esta onda de movimentos sociais é globalmente apartidária e usa as redes sociais como veículo para espalhar a sua mensagem, mobilizando efetivamente multidões de cidadãos. Como refere o sociólogo António Dores (2012, 7), isto significa que *a preponderância de ativistas em protestos cívicos está a ser consistentemente substituída pela preponderância das massas ou multidões*.

A sua mensagem central tem sido a indignação contra a cooperação entre elites políticas e económicas, acompanhada por uma exigência do fim da política de austeridade.

Um dos primeiros movimentos a encarnar este espírito de política de *grassroots* anti-austeritária foram os *Precários Inflexíveis* (Anexo A). Trata-se de um movimento de luta contra a precarização das condições de trabalho no mercado laboral português. Nasceu em 2007, após o *May Day*. Vários movimentos envolvidos na organização do evento sentiram a necessidade de criar uma estrutura permanente, capaz de defender os trabalhadores precários, fundando o que viria a ser o movimento *Precários Inflexíveis*.

Os principais objetivos do coletivo são dar voz e visibilidade aqueles que trabalham em condições precárias e apoia-los através da ação política organizada com vista à melhoria das relações laborais e empoderamento dos trabalhadores. Uma das suas ações mais notáveis foi a promoção de uma iniciativa legislativa cidadã que acabou por constituir, parcialmente, a base para a atual legislação portuguesa contra o trabalho precário.

O movimento prosperou devido à dedicação, esforço e contactos políticos dos seus membros. Eles têm desempenhado um papel determinante entre o *milieu* ativista tornando-se, o mais influente movimento social contemporâneo em Portugal. De facto, os *Precários Inflexíveis* estiveram envolvidos na organização dos principais protestos e plataformas de movimentos no período em estudo, incluindo a *Geração à Rasca*, a *Plataforma 15 de Outubro*, o *Que Se Lixe a Troika*, a *Plataforma Não ao TTIP* e até a *Marcha do Orgulho LGBT* de Lisboa, em 2015.

Apesar do aparecimento dos *Precários Inflexíveis* e, nos anos consecutivos de outros grupos como *Anonymous Portugal*, *Bichas Cobardes* e o coletivo RDA (Anexo A), a população portuguesa não teria um meio ativista tão forte como a partir de início de 2011. Foi a manifestação popular de 12 de Março de 2011 que inaugurou o pico de luta anti-austeridade no país.

O próprio protesto é, em si mesmo, sintomático do espírito dos movimentos sociais contemporâneos, por todo o mundo. O popular grupo de fado, Deolinda, viu a sua música acerca da falta de oportunidades económicas para os jovens espontaneamente aclamada pelo público. Um grupo de amigos, desligados da atividade partidária, mas fascinados com o sucesso da música dos Deolinda, decidiu criar um evento no *Facebook*, anunciando uma manifestação em massa, apartidária, não-religiosa e pacífica, contra a política de empobrecimento. O evento atraiu tanta atenção que o grupo acabou por organizar o protesto.

A manifestação chamou-se *Geração à Rasca*, o seu manifesto era um apelo à indignação para grupos como desempregados, subempregados, estagiários, precários e trabalhadores-estudantes. Apesar desta seleção de público-alvo, o evento atraiu um vasto conjunto de movimentos, sindicatos, grupos de estudantes e cidadãos comuns, a maioria dos quais desligados de qualquer atividade política formal. Foi, assim, a maior manifestação em Portugal até à data, desde o período de transição de regime.

Nos meses seguintes, protestos e ações políticas floresceram por todo o país. Diversas assembleias populares e acampamentos de ocupação nasceram, emulando as táticas do *M15M*

espanhol e do *Movimento Occupy*. O maior exemplo foi a *Acampada do Rossio*. Ao longo de onze dias, a ocupação promoveu assembleias populares diárias, manifestações variadas, ações diretas e protestos artísticos. Após o final da ocupação, as assembleias continuaram ainda a realizar-se na praça durante cinco meses.

Houve bastantes manifestações em Portugal durante este período. O principal protesto de massas foi a mobilização internacional de 15 de Outubro de 2011. O evento português foi organizado por uma plataforma horizontal de movimentos que incluía os *Precários Inflexíveis* e os promotores do protesto *Geração à Rasca*.

A grande manifestação seguinte foi a 15 de Setembro de 2012. Um grupo de 29 cidadãos escreveu um manifesto que condenava a austeridade como antidemocrática, apelando a um protesto em massa. Quase um milhão de pessoas responderam a este apelo, ultrapassando em número a multidão que festejou o primeiro 1º de Maio em democracia. O sucesso do evento esteve, em parte, ligado ao anúncio por parte do governo de uma alteração na Taxa Social Única que gerou notável indignação.

O principal foco de manifestação, em Lisboa, estava planeado de forma a manter-se longe do parlamento. Quando os manifestantes, incentivados por militantes do MAS, começaram a dirigir-se para a Praça de S. Bento, os organizadores afastaram-se e recusaram-se a emprestar o equipamento de som. O que pode parecer um evento insignificante foi um sinal de uma importante alteração entre os movimentos sociais portugueses. A era do horizontalismo, esponteinismo e tomada de decisão participativa estava a chegar ao fim, e o sonho de “democracia real” a ser substituído por um apelo à demissão do governo e realização de eleições.

O coletivo organizador, *Que Se Lixe a Troika*, apresentava-se como um coletivo espontâneo e heterogéneo, independente de interesses partidários. No entanto, o movimento foi planeado e criado pelos membros dos *Precários Inflexíveis*, muitos dos quais ligados ao partido Bloco de Esquerda. Após o sucesso de 15 de Setembro, o coletivo decidiu expandir-se. Seleccionaram e convidaram membros de sindicatos e de outros movimentos anti-austeridade, na sua maioria pessoas próximas do Bloco de Esquerda ou PCP. Esta ação estabeleceu o *Que Se Lixe a Troika* como o ator central do meio ativista português ao mesmo tempo que aumenta o peso dos dois principais partidos de esquerda entre os movimentos sociais.

Sob a liderança do *Que Se Lixe a Troika*, o ativismo em Portugal entrou lentamente em estagnação (Entrevistas 1 e 8). A formação de novos movimentos tornou-se uma raridade, enquanto os protestos se tornaram menos frequentes e participados. O próprio *Que Se Lixe a Troika* acabaria por desaparecer em 2014.

Atualmente, os movimentos sociais mais ativos permanecem os *Precários Inflexíveis* e os coletivos que lhes são próximos. Alguns grupos partilham a sede do movimento anti-precariedade, beneficiando da sua visibilidade, recursos e ligações políticas. Entre estes contam-se a *Habita* e o *Artigo 74*. Os *Precários Inflexíveis* têm também promovido a *Plataforma Não ao TTIP*, que reúne sindicatos, estudantes, ecologistas e outros ativistas num esforço de divulgação do eventual impacto social, económico e ambiental do tratado.

1.3.1 - Uma Cultura Política Libertária

É observável, entre os movimentos sociais contemporâneos, a adoção de um modelo de ação política assente em princípios libertários (Graeber, 2002). Como notam Graeber e Grubacic,

“O anarquismo, ou movimentos inspirados pelo anarquismo, estão a crescer em todo o lado; os princípios anarquistas tradicionais – autonomia, associação voluntária, auto-organização, ajuda mútua, democracia direta – passaram da base organizacional do movimento antiglobalização para o papel homólogo em todo o tipo de movimentos sociais radicais, em todo o lado”.

(Graeber e Grubacic, 2004)

Graeber e Grubacic (2004) apontam como *em todo o lado, da Europa do Leste à Argentina, de Seattle a Bombaim, as ideias e princípios anarquistas* inspiram os movimentos sociais contemporâneos. Da mesma forma, Gordon regista

“Um retomar dos valores anarquistas num largo conjunto de movimentos, e.g. ecologia radical, feminismo, libertação negra e indígena, movimentos antinuclear e, mais recentemente, de resistência ao capitalismo neoliberal e à guerra global permanente”

(Gordon, 2005, 1)

É relevante distinguir, aqui, este fenómeno de adoção de princípios libertários pelos movimentos sociais do anarquismo propriamente dito, a ideologia ou doutrina política nascida do pensamento de teóricos como Proudhon e Bakunin. Esta apropriação concetual tem sido chamada, por diversos autores, *sensibilidade anarquista, anarquismo pós-ideológico ou práxis anarquista* (Epstein, 2001; Curran, 2006; Gordon, 2008).

De facto, os ativistas dos movimentos sociais contemporâneos *frequentemente não se referem a si mesmos como “anarquistas”* (Graeber e Grubacic, 2004). Gibson atribui esse fenómeno ao facto de o ressurgimento libertário incidir sobre as práticas e estratégias de ação *mas não o seu programa ideológico e doutrinário* (Gibson, 2011). Graeber e Grubacic desvalorizam a questão da nomenclatura:

“Há uma legião de outros nomes: autonomismo, anti-autoritarianismo, horizontalidade, zapatismo, democracia direta... No entanto, em todo o lado encontramos os mesmos princípios.”

(Graeber e Grubacic, 2004)

Tal noção, de que *o anarquismo reemergiu como uma força política vibrante* (Shantz, 2010, 1), levou vários autores a referirem-se a um *revivalismo anarquista* (Kinna 2007) ou a um *novo*

anarquismo (Graeber, 2002), atribuindo-lhe o papel de *horizonte ético-político de toda a política radical* (Newman, 2011b), ou mesmo de *coração do movimento* (Graeber, 2002).

De uma forma ou de outra, no início do séc. XXI, diversos autores analisaram a adoção de valores e práticas libertárias pelos movimentos sociais contemporâneos.

1.3.2 - Principais Contributos Teóricos

A - Barbara Epstein

A primeira reflexão acerca do aparecimento e difusão de uma cultura política libertária entre os movimentos sociais contemporâneos foi da autoria da historiadora Barbara Epstein. Em *Anarchism and the Anti-Globalization Movement*, publicado em 2001, a autora identifica uma *ideologia radical* (Epstein, 2001) a que chama *sensibilidade anarquista* (Epstein, 2001).

Essa perspetiva, constituindo *uma forma suave e fluida de anarquismo* (Epstein, 2001), ter-se-ia, de acordo com Epstein, tornado *dominante dentro do movimento* alterglobalista (Epstein, 2001).

B - David Graeber

No seu texto *The New Anarchists*, publicado em 2002, o antropólogo americano David Graeber defende que *a maioria da energia criativa da política radical vem, atualmente, do anarquismo* (Graeber, 2002). Graeber via o anarquismo como *o coração do movimento* (Graeber, 2002) pela justiça global. No mesmo sentido, o autor observava, em 2007, que *quase todos os pequenos grupos radicais (...) operam agora amplamente de acordo com princípios anarquistas* (Graeber, 2007).

Os ativistas que integram este fenómeno de adoção de princípios libertários não são, no entanto, anarquistas. Graeber nota a existência de *uma hoste de outros nomes: autonomismo, anti-autoritarismo, horizontalidade, zapatismo, democracia direta...* (Graeber, 2004).

O autor atribui a popularidade de valores, modelos organizacionais e princípios de ação tradicionalmente associados com os movimentos anarquistas à derrota do projeto revolucionário marxista no século XX.

O antropólogo americano identifica os “novos anarquistas” pelo seu recurso a *descentralização, associação voluntária, apoio mútuo, o modelo em rede e, acima de tudo, a rejeição de qualquer ideia de que os fins justificam os meios* (Graeber, 2004). Não obstante os elementos listados, as características desta cultura política que mais ocupam David Graeber são o horizontalismo (tomada de *decisões coletivas sem uma estrutura de liderança* – Graeber, 2013), a democracia direta e a prefiguração (*modos de organização que se assemelhem conscientemente ao mundo que se deseja criar* – Graeber, 2007).

A origem do “novo anarquismo” teorizado por Graeber pode ser identificada no *movimento antinuclear no final dos anos 70* (Graeber, 2007). Apesar de o recurso a técnicas e modelos anarquistas por parte de movimentos sociais externos a essa tradição ser um fenómeno anterior, esta foi, segundo o autor, *a primeira vez que eles se juntaram como um todo*.

Um aprofundamento desta lógica pode ser encontrado no movimento zapatista (Graeber, 2002) que, através do seu papel indireto na criação da rede *People’s Global Action*, viria a definir a abordagem política de todo o movimento alterglobalista. De facto, foi a rede de luta pela justiça global acabou por ser fortemente caracterizada pela hegemonia de uma cultura política libertária (Graeber, 2007), o que despertou a atenção do autor para o fenómeno a que chamou “novos anarquistas” (Graeber, 2002).

Tal cultura política foi transportada para dinâmicas contemporâneas como a chamada Primavera Árabe e o *Occupy* (Graeber, 2011b), movimento a que Graeber dedicou notável atenção. Para o antropólogo americano, o *Occupy* seria e exemplo, por excelência, do “novo anarquismo”, construído *basicamente sob princípios anarquistas* (Graeber, 2011a). Tal seria observável na adoção, pelo movimento, de uma estrutura horizontal de assembleias diretamente democráticas e de uma política prefigurativa, ao mesmo tempo que questionava as leis e instituições vigentes (Graeber, 2011a).

C - Morgan Gibson

A reflexão teórica de Gibson parte da análise do que o politólogo considera o falhanço *em realizar a sua promessa de transformar o mundo* (Gibson, 2011) por parte dos movimentos voltados para a tomada do poder estatal. O autor defende que a perversão reformista ou autoritária dos projetos revolucionários *levou à adoção, por muitos movimentos (...)*

contemporâneos, de uma 'praxis anarquista' (Gibson, 2011), que se teria tornado o principal ponto de referência para movimentos anti-sistêmicos radicais (Gibson, 2011).

Gibson (2013, 336) sublinha a distinção *entre anarquismo ideológico e formas de prática política anárquica (...) entre anarquistas encartados, ideologicamente motivados, e formas anárquicas de praxis política, inspirada por análises e princípios anarquistas.*

Enquanto o termo anarquismo se refere a uma *posição ideológica e teórica não apenas a legitimidade a priori regularmente conferida ao estado, mas toda a hierarquia externamente imposta* (Gibson, 2011), a segunda categoria, hegemónica entre os movimentos radicais contemporâneos, seria uma apropriação pós-ideológica de conjunto de traços outrora associados como o anarquismo, como o apartidarismo, democracia direta e *dual power* (Gibson, 2013).

D - Thomas Nail

Thomas Nail avalia os movimentos anti-sistêmicos do século XXI como um regresso do conceito de revolução (Nail, 2012). A razão para tal retorno é atribuída a um fenómeno de adoção, por parte dos movimentos sociais contemporâneos, de estratégias anarquistas popularizadas pela insurreição zapatista (Nail, 2013c).

Nail evidencia o papel desempenhado pelos zapatistas no movimento alterglobalista e no Fórum Social Mundial (Nail, 2013a), através da rede *People's Global Action*, nascida num encontro internacional inspirado pelos revoltosos de Chiapas. Seria no movimento alterglobalista que teriam as suas raízes movimentos contemporâneos protagonistas do regresso do novo ímpeto revolucionário, como o *No Borders*, o Movimento dos Sem Terra e o *Earth Liberation Front* (Nail, 2010).

O autor identifica esses movimentos pelo conjunto dos seguintes elementos: (1) *uma estratégia multicentrada de diagnóstico político*, (2) *uma estratégia prefigurativa de transformação política*, (3) *uma estratégia participativa de organizar instituições* (Nail, 2010). Tal *ethos* participativo e prefigurativo é observado por Nail na adoção pelos movimentos de modelos de decisão assentes no consenso, horizontalidade e autogestão (Nail 2012; 2013b).

E - Richard Day

Richard Day centra a sua análise dos movimentos sociais em torno do conceito gramsciano de hegemonia. Para o sociólogo canadiano, este termo descreve a lógica que, até recentemente, tem presidido aos esforços de transformação social (Day, 2005).

Hegemonia *é uma luta simultaneamente coerciva e consensual pela dominação* (Day, 2005, 7). Procurando alcançar um consenso social alargado relativamente a determinado conjunto de valores, os movimentos hegemónicos caracterizam-se tanto pela procura do poder político como pela constante busca de unidade ideológica interna (Day, 2011).

Segundo Day (2011), enquadram-se neste modelo os movimentos tradicionais, mas também os movimentos sociais contemporâneos e os projetos políticos advogados por autores radicais contemporâneos como Laclau, Mouffe e Negri (Day, 2011).

O autor identifica que, a partir dos anos 90, *a lógica da hegemonia é desafiada por um amplo leque de práticas ativistas (...) em todas as partes do mundo* (Day, 2005, 13). Movimentos como *Reclaim the Streets*, *Indymedia* e *Food not Bombs* diferenciam-se pela adoção de táticas anárquicas não-hegemónicas (Day, 2011), pelo que Day (2004; 2005; 2011) lhes chama “novíssimos movimentos sociais”.

Ação direta, dualidade de poderes, afinidade e pluralismo são alguns dos princípios observados pelo sociólogo canadiano (Day, 2011). Day resume estas características em dois elementos: *solidariedade infundada e responsabilidade infinita* (Day, 2005, 18).

F – Críticas ao Conceito

Existem, igualmente, autores que contestam a existência do fenómeno em causa. Gee (2003) observa como *o Novo Anarquismo é, sobretudo, uma invenção norte-americana*. Para o autor, trata-se de um fenómeno originado por um efeito de vácuo decorrente da ausência de uma tradição enraizada de ativismo de esquerda nos EUA, e alimentado tanto pelas dinâmicas próprias da sociedade do espetáculo como pela pressão competitiva do contexto académico norte-americano (Gee, 2003). Tais afirmações são reiteradas por Grubacic (2003) que, referindo-se à realidade do ativismo europeu, contrapõe um *regresso do vanguardismo* ao pretenso retorno libertário.

1.3.3 - Operacionalização e Caracterização do Conceito

A expressão cultura política libertária deve ser, neste contexto, entendida como uma referência ao conjunto das *orientações subjetivas em relação à política* (Almond, 1990, 144) que recorrem, indiretamente, a elementos da ideologia anarquista sem, no entanto, a perfilar explicitamente.

A seguinte tabela procura sintetizar e articular as características da referida cultura política. Foi elaborada através de uma análise comparativa das caracterizações oferecidas pelos diversos autores que publicaram reflexões relativamente a este fenómeno.

Opções Axiológicas	Valores	Horizontalismo Participação Pluralismo
	Anti-Valores	Dominação Capitalismo Representação Política
Organização e Ação		Democracia Direta / Consenso Orgânica em Rede Ação Direta e Prefiguração

Tabela 1 – Caracterização do Conceito (Fonte: Autor)

A - Horizontalismo

Identificado por vários autores (Juris, 2005; Gordon, 2007; Negri e Hardt, 2011; Newman, 2011b; 2011c; Langman 2013; Nail, 2013a; 2013c), horizontalismo é a valorização de relações e estruturas não-hierárquicas, tendencialmente igualitárias. Para Nail (2013a, 22-23), o organismo característico dos movimentos horizontalistas seria *a assembleia popular (...) aberta a todos (...) não-hierárquica, anti-autoritária e sem líderes*. Nesse espírito Negri e Hardt alertam:

“Não esperem, então, que os acampamentos desenvolvam líderes ou representantes políticos. (...) este círculo de movimentos vai-se expressar através de estruturas participativas horizontais, sem representantes.”

(Negri e Hardt, 2011)

B - Participação

Estes movimentos distinguem-se, igualmente, por um forte *ethos* participatório (Gibson, 2011; Nail, 2010; Negri e Hardt, 2013). Trata-se de uma valorização da participação que *não é baseada na raça, classe, género, etc.* (Nail, 2010) e tem o benefício de permitir *uma participação e feedback máximos dentro da instituição* (Nail, 2010).

C - Pluralismo

Gordon caracteriza o pluralismo dos movimentos sociais contemporâneos como um *compromisso com a diversidade e a livre experimentação de alternativas sociais e culturais no tempo presente* (Gordon, 2007, 43).

Concedendo *igual legitimidade a diversas perspectivas e narrativas de luta* (Gordon, 2007, 43), a opção axiológica pluralista manifesta-se na adoção da interseccionalidade (Day, 2005; Nail, 2010; 2013c; Gibson, 2011). O termo significa, nas palavras de Day,

“Ver o seu próprio privilégio e opressão no contexto de outros privilégios e opressões, como tão interligados que nenhuma forma particular de desigualdade – seja classe, raça, género, sexualidade ou deficiência – pode ser postulado como o eixo central da luta.”

(Day, 2005, 18)

Isto significa que *todos os métodos têm o seu lugar, todas as frentes de luta são necessárias, e todos os níveis de participação são importantes* (Nail, 2010), e traduz-se numa *multiplicação positiva dos eixos de luta exigindo um novo tipo de análise política multi-centrada* (Nail, 2010).

O mesmo pluralismo reflete-se, ainda, na abertura programática dos movimentos (Graeber, 2011a; Gordon, 2007; 2008; Rota Irimia, 2008; Ronfeldt, 2011), observável na *ausência de um conjunto preciso de exigências* (Ronfeldt, 2011), bem como *de projetos prognósticos detalhados para a sociedade futura desejada* (Gordon, 2007, 36).

D - Dominação e Capitalismo

Diversos autores (Graeber, 2004; Gibson, 2011; Gordon, 2007; Gordon, 2008) identificam como elemento próprio da cultura política libertária *um compromisso distinto em resistir todas as formas de dominação* (Gordon, 2006, 1). O termo refere-se às *várias facetas da sociedade nas*

quais grupos e pessoas são controladas, coagidas, exploradas, humilhadas, discriminadas, etc. (Gordon, 2008, 32).

O capitalismo encontra-se entre as várias formas de dominação criticadas pela análise interseccional destes movimentos (Gibson, 2003; Grubacic, 2004; Graeber, 2011c).

E - Representação

Outro modo de dominação a que a cultura política libertária resiste é a representação política (Nail, 2010; Negri e Hardt, 2011; Newman, 2011a; 2011b; 2011c; Nail, 2013b). Negri e Hardt analisam tal opção axiológica da seguinte forma:

“Não é tanto uma questão de se este ou aquele político, ou este ou aquele partido, são ineficientes ou corruptos (apesar de isso também ser verdade) mas de o sistema político de representação em geral ser inadequado.”

(Negri e Hardt, 2011)

De facto, os movimentos sociais contemporâneos *estão a desconfiar cada vez mais do poder estatal e frequentemente resistem aos canais formais de representação política* (Newman, 2011c), manifestando um *desejo de abandonar de todo a representação e agir por si mesmos* (Newman, 2011b).

F - Democracia Direta e Consenso

Os movimentos sociais contemporâneos tendem a achar *a atual oferta de formas de democracia inadequada, e procuram abrir o espaço político a modos de democracia alternativos e mais democráticos* (Newman, 2011a). Nesse sentido, optam pela tomada de decisão *por uma forma de democracia direta baseada no consenso* (Nail, 2012). Esta característica tem sido identificada por um vasto conjunto de autores (Graeber, 2002; 2004; 2007; Gordon, 2006; 2007; 2008; Gibson, 2011, 2013; Graeber, 2011a; Newman, 2011a; 2011c; Nail, 2012; 2013; Langman, 2013).

O consenso surge como *um processo alternativo à representação política e à tomada de decisão por maioria* (Nail, 2013, 30), e trata-se de um modelo de tomada de decisão *direto, participatório, e orientado para a tomada eficiente de decisões com a completa concordância dos participantes* (Nail, 2013, 32). Graeber sintetiza este processo do seguinte modo:

“A ideia básica do processo de consenso é que, em vez de votar, tenta-se chegar a propostas que sejam aceitáveis para todos – ou, pelo menos, não altamente objetáveis para ninguém.”

(Graeber, 2002)

G - Orgânica em Rede

Gordon (2005) observa como, *organizacionalmente, esta cultura é manifesta por formas de mobilização política baseadas em rede e consenso* (Gordon, 2005). A mesma observação encontra-se em diversas outras fontes (Gerlach, 2001; Grubacic, 2003; Gordon, 2005; 2006; Juris, 2005; Shantz, 2010; Langman, 2013; Nail, 2013c).

Gerlach descreve este modelo organizacional nos seguintes termos:

“Os diversos grupos de um movimento (...) formam uma estrutura reticular ou rede integrada através de ligações sociais não-hierárquicas entre os participantes (...). Networking permite as participantes do movimento trocar informação e ideias e coordenar a participação numa ação conjunta.”

(Gerlach, 2001, 295-296)

De facto, estes movimentos são, geralmente *compostos por uma multiplicidade de diversas formas em rede* (Juris, 2005). Referindo-se aos grupos alter-globalistas, o autor chega mesmo a defender que *redes de ativistas descentralizadas, flexíveis, locais/globais constituem a forma de organização dominante dos movimentos* (Juris, 2005).

H - Ação Direta e Prefiguração

A ação direta e a prefiguração são outro traço distintivo da cultura política libertária (Grubacic, 2003; Holloway, 2003; Juris, 2005; Gordon, 2006; 2007; Day, 2004; Graeber, 2007; Gordon, 2008; Nail, 2010; 2012; 2013c; Shantz, 2010; Gibson, 2013).

Estes movimentos *estão a afastar-se das estratégias de exigências e representação para estratégias de ação direta e participação* (Day, 2004), de modo que a sua ação *prefigura uma nova política* (Nail, 2012).

Tal modelo de ação distingue-se pela forma como as *lutas políticas procuram construir um novo presente político dentro e em paralelo com o antigo* (Nail, 2010), através do *desenvolvimento*

de instituições baseadas no contrapoder, instituições que encarnam e prefiguram uma sociedade emancipada (Gibson, 2013).

1.3.4 - Origens e História

A - Décadas de 1960 e 1970

A história dos movimentos sociais contemporâneos começa no decénio de 60. Alguns traços de uma cultura política libertária eram já discerníveis, mesclados com outras lógicas de ativismo (Adams, 2003; 2011; Gordon, 2007; 2008; Graeber, 2007).

Adams afirma que, nos movimentos da época, em virtude da sua rebelião *contra a 'sociedade disciplinar'* (...) *suas exclusões e normalizações* (Adams, 2011, 140), *o anarquismo foi um importante elemento* (Adams, 2003).

Nos anos seguintes os movimentos da década de 60 transformaram-se, orientando-se no sentido de *criar espaços autónomos para a particularidade da juventude, queer, mulheres e pessoas de cor, bem como para a ecologia geral do planeta* (Adams, 2011, 117). O *feminismo, antirracismo, pacifismo, ecologismo, movimento (...) queer* (Adams, 2011, 140) são exemplos da variedade de *novas frentes de batalha* (Adams, 2011, 140) que resultaram de tais esforços.

B - O Movimento Zapatista

O movimento zapatista constitui uma importante influência no desenvolvimento da cultura política libertária entre os movimentos sociais contemporâneos (Adams, 2003; Gordon, 2007; Nail, 2010; 2013; Day, 2011; Fernández de Rota, 2011; Gibson, 2011; Ronfeldt, 2011).

Tornado público em 1994, o movimento Zapatista possui uma cultura política muito singular, uma síntese de elementos marxistas, anarquistas, teologia da libertação e da tradição indígena local. Trata-se de um fenómeno não eleitoral e desprovido de líderes, que busca a construção de *estruturas paralelas de governança, adotando medidas tradicionais indígenas de assembleias comunitárias abertas, diretas e participativas* (Gibson, 2011).

Nail sintetiza a cultura política Zapatista nos seguintes termos:

“Contra todas as formas de dominação, a sua recusa estratégica da conquista do poder estatal ou partidário, a criação de comunidades baseadas no consenso e democracia direta, e a sua visão de uma rede global de solidariedade mútua”

(Nail, 2010, 4)

C - A Luta Pela Justiça Global

Foi a partir do movimento alterglobalista que aquilo a que Epstein chamou *sensibilidade anarquista* começou a ser teorizado. Vários autores apontam esse movimento como um importante passo na difusão da cultura política libertária (Adams, 2003; Shantz, 2003; Gordon, 2006; 2008; Day, 2011; Ronfeldt, 2011; Nail, 2012; 2013a).

Fala-se de um *ressurgimento geral do anarquismo* (Evren, 2011, 1) como *o coração do movimento* (Graeber, 2002) ou de *formas anarquistas de organização* (Gordon, 2007, 29). Independentemente da formulação verbal adotada, os diversos teóricos referem-se ao fenómeno de como, a partir do movimento alterglobalistas a maioria dos movimentos sociais contemporâneos adotou uma nova cultura política, *amplamente de acordo com princípios anarquistas* (Graeber, 2007).

D - Os Protestos de 2011

O ano de 2011 foi um período de agitação política em diversos pontos do globo. Muito distintas entre si, estas manifestações políticas aprofundaram as características difundidas pelo movimento alterglobalista, tornando-se, segundo vários autores, exemplos de uma cultura política libertária (Kennedy, 2011; Graeber, 2011a; Negri e Hardt, 2011; Newman, 2011b; Nail, 2012; Gibson, 2013; Langman, 2013; Nail, 2013a). Newman observa:

Este é um ano de insurreições, das ruas do Cairo, Tunis e Benghazi, às praças de Atenas, Madrid e Wall Street. Miraculosamente, pessoas normais juntaram-se em espaços públicos (...). Em alguns casos elas derrubaram governos, noutros exerceram uma nova forma de pressão em massa sobre o Sistema político obsoleto que já nem sequer os finge representar.

(Newman, 2011b)

De facto, a chamada *Primavera Árabe*, *as ocupações em Wisconsin*, *as revoltas contra as medidas de austeridade na Europa e Reino Unido*, e *as ocupações dos Indignados espanhóis e dos*

gregos na Praça Syntagma (Nail, 2012, viii), inspiraram uma onda global de movimentos de ocupação.

Estes grupos organizaram-se em torno de modelos e estratégias tipicamente libertárias como a *assembleia genuinamente democrática* (Graeber, 2011a). Por isso os teóricos deste fenómeno defendem que o *Occupy*, apesar de não ser ideologicamente anarquista, expressa e reflete um compromisso com os ideais anarquistas (Gibson, 2013, 336).

2 - Metodologia

2.1 - Objetivos e Perguntas de Pesquisa

O presente estudo propõe-se a alcançar os objetivos gerais de contribuir para a compreensão do atual modelo de movimentos sociais contemporâneos, bem como descrever as especificidades dos movimentos em Lisboa.

Tais orientações gerais concretizam-se na persecução de objetivos específicos como a verificação se no desenvolvimento concreto dos movimentos sociais contemporâneos em Lisboa existe o fenómeno de difusão de uma cultura política libertária, e de que forma esta tendência tem evoluído recentemente nesse contexto.

Para tal, a investigação procurará centrar-se na resposta à seguinte pergunta de pesquisa:

- É possível encontrar traços característicos de uma cultura política libertária entre os movimentos sociais contemporâneos em Lisboa?

2.2 - Delimitação do Objeto

Optou-se por abordar a referida temática no contexto dos movimentos sociais formados a partir de 2010, em Lisboa.

A decisão de estabelecer estes limites prende-se, por um lado, pela impossibilidade de estender o estudo à totalidade do território e história nacional e, por outro, às singularidades, como peso da atividade política lisboeta no panorama nacional e a intensidade da contestação social no período em causa, que fazem do contexto selecionado um ponto de vista privilegiado para o estudo dos atuais movimentos sociais em Portugal. Foi ainda tido em conta o critério de aprofundar preferencialmente a compreensão da realidade local e contemporânea.

O objeto de estudo, conforme a delimitação explicitada, abarca uma multiplicidade de movimentos sociais de protesto, ocupação, assembleias populares ou intervenção monotemática, conforme pode ser verificado nos Anexos A e B.

2.3 - Técnica de Recolha de Dados

A opção metodológica deste estudo passa por uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória. Tal estratégia apresenta-se como adequada devido à novidade do fenómeno em

causa que, pela decorrente fragilidade no que à teorização diz respeito, exige um olhar em profundidade. Por outro lado, a cultura política é, por definição, um assunto definido por contornos qualitativos, difícil de quantificar com rigor e objetividade.

Entrevistas individuais semi-directivas e semi-estruturadas com ativistas dos principais movimentos sociais contemporâneos em Lisboa da segunda década do presente século serão o principal meio de recolha de informação, com a possibilidade de recorrer paralelamente a documentos redigidos pelos movimentos sociais em causa.

A entrevista é *uma família de abordagens de pesquisa* (Arksey e Knight, 1999, 2) que se distinguem pela sua capacidade de recolher dados relativos a entendimentos, opiniões, recordações e emoções pessoais de indivíduos direta ou indiretamente envolvidos no fenómeno em causa (Arksey e Knight, 1999).

Um motivo importante para a seleção desta técnica prende-se com a natureza recente e, conseqüentemente, pouco documentada que caracteriza a esfera dos movimentos sociais contemporâneos no período em estudo.

Outra vantagem da entrevista é esta possibilidade de entendimento de uma visão pessoal, menos veiculada por outras técnicas de pesquisa (Arksey e Knight, 1999). Assim, pode ser conduzido um estudo mais aprofundado de factos e significados, tendo em conta fatores como o contexto e motivações dos atores.

Tal proveito é reforçado pela opção por entrevistas semi-directivas e semi-estruturadas. Numa entrevista dessa categoria, um guião contém as questões ou tópicos centrais da discussão, *de forma a que o conteúdo se concentre nas temáticas cruciais do estudo* (Burns, 2000, 242) deixando em aberto a possibilidade de improvisar questões de aprofundamento ou explorar determinadas respostas em maior detalhe (Arksey e Knight, 1999).

De facto, o principal benefício apontado a tal modelo de entrevista é a sua capacidade de captar *a subjetividade dos atores* (Foddy, 1996, 15), funcionando como uma *janela para as interpretações rotineiramente construídas e respostas habituais de cada indivíduo* (Burns, 2000, 425). A riqueza dos dados recolhidos (Arksey e Knight, 1999), bem como a *maior flexibilidade* do processo (Burns, 2000, 424), são outros dos benefícios das entrevistas semi-estruturadas.

Entre as desvantagens da abordagem escolhida encontram-se maior dificuldade na análise e comparabilidade dos dados (Arksey e Knight, 1999; Burns, 2000), extensão das entrevistas

(Arksey e Knight, 1999), enfraquecimento das garantias de anonimato (Arksey e Knight, 1999) e possível perda de sinceridade nas respostas decorrente da sensação de vulnerabilidade e exposição por parte do entrevistado (Arksey e Knight, 1999).

A opção de entrevistar os ativistas individualmente padece de um déficit na avaliação das redes relacionais entre os membros, bem como de um empobrecimento em termos de detalhe (Arksey e Knight, 1999). Tal opção justifica-se, no entanto, pela importância de recolher perspetivas sinceras e independentes dos conflitos e estruturas de poder internos de cada movimento (Arksey e Knight, 1999).

Foi fornecida a garantia de anonimato e confidencialidade, de modo a salvaguardar a privacidade dos entrevistados. Tal proteção pretende facilitar a exposição, por parte dos sujeitos selecionados, das suas opiniões e interpretações dos factos, sem receio de serem confrontados com eventuais consequências negativas delas decorrentes.

O presente estudo opta por abordar atores de diversos movimentos, ao invés de enveredar por um estudo de caso restrito a um só grupo. Tal escolha prende-se com a ambição de avaliar tendências no que respeita aos movimentos sociais contemporâneos em Lisboa como um todo. Assim, conforme referido, será tida em conta a diversidade de coletivos e redes.

O modo de seleção dos entrevistados foi por oportunidade. Trata-se de um modelo baseado na conveniência, caracterizado pela escolha de elementos da população em função da sua disponibilidade e consentimento. Esta seleção continuou a ser alargada pelo método bola-de-neve (recorrendo aos entrevistados como intermediários no processo de identificação de novos sujeitos), até alcançado o ponto de saturação, conforme sugerido por Arksey e Knight (1999) em *Interviewing for Social Scientists*.

Entre Dezembro de 2014 e Maio de 2015, foi realizado um total de vinte entrevistas, a ativistas de vinte e dois diferentes movimentos fundados a partir de 2010, conforme pode ser consultado nos Anexos A e B. Por ordem alfabética, os coletivos analisados foram: *Academia Cidadã*, *Acampada do Rossio*, *ActiBistas*, *Anonymous*, *Artigo 74*, *Assembleia Popular de Algés*, *Auditoria Cidadã à Dívida*, *Bichas Cobardes*, *(d)Eficientes Indignados*, *Fábrica das Alternativas*, *Habita*, *Indignados Lisboa*, *Movimento 12 de Março*, *Movimento Técnico*, *Movimento Zeitgeist*, *ocupação de São Lázaro*, *Plataforma 15 de Outubro*, *Plataforma Não ao TTIP*, *Que Se Lixe a Troika*, *Rendimento Básico Incondicional*, *Revolução Branca* e *Ritmos da Resistência*.

2.4 - Modelo de Análise

A expressão cultura política libertária deve ser, neste contexto, entendida como uma referência ao conjunto das *orientações subjetivas em relação à política* (Almond, 1990, 144) que recorrem, indiretamente, a elementos da ideologia anarquista sem, no entanto, a perfilar explicitamente.

A seguinte tabela procura sintetizar e articular as características da referida cultura política. Foi elaborada através de uma análise comparativa das caracterizações oferecidas pelos diversos autores que publicaram reflexões relativamente a este fenómeno.

Opções Axiológicas	Valores	Horizontalismo Participação Pluralismo
	Anti-Valores	Dominação Capitalismo Representação Política
Organização e Ação		Democracia Direta / Consenso Orgânica em Rede Ação Direta e Prefiguração

Tabela 2 – Modelo de Análise (Fonte: Autor)

Optou-se por separar as opções axiológicas em valores e anti valores, de modo a realçar as componentes positivas e negativas das normatividades defendidas pelos grupos em causa. Na categoria valores encontram-se as características que os coletivos apoiam, enquanto que o conjunto dos anti valores apresenta relações sociais contestadas pelos movimentos.

As variáveis presentes na tabela foram traduzidas em indicadores passíveis de orientar a recolha de dados. A seguinte tabela apresenta dois exemplos dessa tradução, a listagem completa das variáveis e indicadores pode ser consultada no anexo C.

Categoria	Variável	Indicadores
Valores	Horizontalismo	- Existência de liderança formal - Perceção de uma liderança informal - Mecanismos de inclusão de grupos excluídos

Anti-Valores	Capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica das condições laborais, precariedade, desemprego, cortes... - Crítica do Capitalismo - Discussão de alternativas ao capitalismo
--------------	-------------	---

Tabela 3 – Operacionalização do Conceito – excerto (Fonte: Autor)

2.5 - Construção do Guião

Esta operacionalização do conceito presidiu à elaboração do guião da entrevista, que pode ser consultado no Anexo D. Optou-se pela construção de questões abertas, correspondendo cada uma a vários indicadores do modelo de análise.

A forma e ordem das perguntas foi elaborada segundo um critério lógico que tem como principal finalidade facilitar o esforço mnemónico e narrativo dos entrevistados. Assim sendo, cada questão agrupa um número de indicadores de modo independente das categorias e variáveis a que estes pertencem no modelo de análise.

O guião das entrevistas será corrigido e enriquecido à luz de entrevistas exploratórias, conforme sugerido em *Introduction to Research Methods* (Burns, 2000). Sem propósito de recolha de dados, estas entrevistas têm a finalidade de aferir a clareza das questões planeadas, bem como a sua adequação ao tipo de informação procurada.

2.6 - Limitações à Investigação

Investigações deste género lidam geralmente com limitações relativas ao tempo, financiamento, distanciamento do objeto e rigor dos dados recolhidos (Arksey e Knight, 1999).

No que ao distanciamento diz respeito, cabe referir que o mestrando se situa numa posição equilibrada uma vez que, apesar de ter acompanhado e até participado pontualmente em ações ou protestos promovidos pelos movimentos que serão tomados como objeto de estudo, não milita em nenhum. Pode assim gozar de algum conhecimento de causa, sem padecer significativamente das distorções de perceção decorrentes da pertença ou forte identificação com o objeto de estudo.

O rigor dos dados recolhidos apresenta um obstáculo maior à investigação planeada. O grau de engajamento, bem como de identificação ideológica e emocional, dos entrevistados com os respetivos movimentos sociais aumenta significativamente a probabilidade de distorções relativamente aos factos (Whyte, 1994). É possível, e até expectável, que, pelos referidos motivos,

as respostas dos ativistas apresentem uma versão idealizada e aperfeiçoada do movimento, próxima do registo da propaganda. Tais dados não deixam de ser relevantes no que à descrição da cultura política diz respeito uma vez que, mesmo que indiretamente, expõem os valores e ideais do interlocutor relativamente aos processos de organização e ação política.

O facto de se tratarem, em muitos casos, de movimentos extintos ou inativos, implica um exercício mnemónico por parte do entrevistado. Tal circunstância não é ideal, uma vez que os acontecimentos passados *são geralmente selecionadas para encaixar mais confortavelmente com o ponto de vista atual da pessoa* (Whyte, 1994, 115), podendo assim contribuir para a distorção dos factos apresentados nos dados.

2.7 - Técnica de Análise de Dados

A análise dos dados tem por objetivo torna-los em informação inteligível, capaz de ser traduzida em conhecimento.

O estudo propõe-se a *procurar afirmações significativas e comparar o que foi dito em diferentes entrevistas* (Blaxter *et al*, 2001, 212). Tendo essa finalidade em vista, as respostas recolhidas nas entrevistas serão agrupadas de modo a *permitir uma análise e comparação de significados dentro de uma categoria* (Burns, 2000, 430). A categorização obedecerá à estrutura dos indicadores para que seja possível aferir se os movimentos em causa possuem as características próprias da cultura política libertária.

Generalização não é o objetivo central de um estudo qualitativo que se refere apenas a um subconjunto da população nacional num curto período temporal (Arksey e Knight, 1999). Há, no entanto, espaço para que o leitor conduza as suas próprias inferências (Arksey e Knight, 1999).

3 - A Cultura Política dos Movimentos Sociais em Lisboa

Este capítulo procura apresentar os dados recolhidos juntos dos ativistas em Lisboa. Para tal, a informação encontra-se categorizada de acordo com as variáveis identificadas no modelo de análise. Para cada tópico são referidas as tendências gerais, bem como as exceções notáveis.

3.1 - Horizontalismo

O horizontalismo pode ser expresso nos termos de um militante dos *Anonymous*: *regemo-nos por um princípio: ninguém é líder, ninguém é seguidor* (Entrevista 18). O processo de recolha de dados confirmou este valor como um traço fundamental do quadro axiológico partilhado pelos vários movimentos sociais analisados. Quase na sua totalidade, os entrevistados sublinharam a importância das relações e estruturas não-hierárquicas dentro dos seus grupos.

O valor da horizontalidade encontra-se tão enraizado na mentalidade dos movimentos deste período que os ativistas têm dificuldade em imaginar formas de militância mais hierarquizadas (Entrevista 5). O princípio possui um papel de tal modo fundamental que, sem horizontalismo, a própria continuidade dos grupos seria posta em causa, como refere um entrevistado: *se tivesse surgido alguma hierarquia, as pessoas tinham fugido* (Entrevista 8).

Aproximadamente metade dos grupos articularam esta prioridade axiológica recorrendo a termos da família da palavra horizontal. Os restantes exprimiram preocupações análogas através do discurso sobre liderança e hierarquia, algumas das expressões mais associadas a esta ideia foram consenso, autogestão e assembleia.

A única exceção a este discurso horizontalista é o movimento *Revolução Branca*. Os militantes entrevistados não referiram qualquer preocupação axiológica anti-hierárquica. Tais dados não surpreendem, uma vez que o grupo se destaca não apenas como o coletivo politicamente mais moderado entre o universo em causa, mas igualmente pela presença de uma cultura política notavelmente mais convencional.

Apesar da unidade na valorização da horizontalidade, as práticas diferem de movimento para movimento. Alguns grupos, devidos às exigências próprias do modelo organizacional adotado, possuem uma liderança formal. No entanto, raramente tais órgãos aparecem revestidos de qualquer poder real. Um bom exemplo desta dissonância é oferecido pela *Fábrica das Alternativas*,

onde a constituição como associação exigiu a nomeação de uma direção. Assim sendo, *sorteámos a direção, ela nunca se reuniu e nunca decidiu nada* (Entrevista 9), conta uma ativista.

A generalidade dos movimentos em causa são desprovidos de qualquer liderança formal. No entanto, em boa porção dos mesmos, os membros assumem uma concentração de poder informal. Maioritariamente, referem-se ao diferente papel que os diversos envolvidos têm no grupo em função do seu envolvimento. Em muitos movimentos sociais, *os membros mais ativos acabam por ter mais peso* (Entrevista 6). *Pela própria natureza das coisas* (Entrevista 6), forma-se um *núcleo duro* (Entrevista 9), que *funciona como uma liderança* (Entrevista 20).

Um processo notavelmente mais raro ocorre quando a concentração de poder não se dá em função da presença, mas do estatuto de fundador. Tanto as *Bichas Cobardes* como os *(d)Eficientes Indignados* são exemplares de tal lógica interna. Pelo facto de terem nascido como projetos de ativismo digital de um só autor, os fundadores retêm ainda um peso desproporcional no movimento, mesmo que haja esforços ativos no sentido de inverter a situação.

Apesar de tudo, existem bastantes movimentos propriamente horizontais, onde a opção axiológica se traduz numa prática concreta marcada pela ausência de hierarquias formais ou informais entre os ativistas. Grupos como os *Anonymous*, os *Ritmos da Resistência* ou os *Indignados*, entre outros, devem esta coerência a uma cultura política notavelmente libertária, muito enraizada na própria identidade dos coletivos.

3.2 - Participação

A participação apresenta-se como um valor partilhado pela maioria dos movimentos entrevistados. Comparativamente ao horizontalismo, a opção axiológica pela participação goza de bastante menos consenso.

No que respeita à participação como uma dinâmica social que ultrapassa as fronteiras dos movimentos, o valor traduz-se no quadro de valores dos coletivos através da preocupação com a promoção do envolvimento político dos seus concidadãos. Pouco mais de metade dos grupos entrevistados demonstraram adesão a esse projeto.

A *Academia Cidadã* e os *Indignados* foram dois dos grupos que mais se destacaram na ênfase da promoção participação enquanto elemento fundamental da missão do grupo. Os entrevistados sublinham a importância de *dar ferramentas de participação às pessoas*, fazendo de

cada cidadão um político (Entrevista 1). Um militante do *Artigo 74* justifica essa opção axiológica pelo facto de *as transformações sociais* [estarem geralmente associadas a] *pressões da ação coletiva* (Entrevista 6).

Em vários movimentos, tais preocupações aparecem ligadas à defesa de *uma democracia mais participativa* (Entrevista 17). Um membro dos *Indignados* expressa esta ideia na seguinte lista de propostas políticas:

“Democracia representativa com maior controle, com mecanismos de rotação, com proibição de conflitos de interesse; depois a nível de democracia participativa, maior número de referendos, orçamentos participativos; e, depois, no extremo, democracia direta.”

(Entrevista 8)

A valorização da participação engloba, ainda, a abertura do grupo relativamente a novos ou potenciais militantes. Bem como à participação de não-membros nas atividades do movimento.

As lógicas de filiação dos movimentos sociais podem ser classificadas em três categorias: grupo fechado e grupo aberto com filiação formal e informal. Poucos dos coletivos entrevistados adotam uma postura de fechamento face a novas adesões. Um membro da *Revolução Branca* assume que *nunca fomos um movimento de apelar às massas* (Entrevista 4) e explica essa opção do grupo referindo os seguintes motivos: *primeiro por agilidade e depois para nos protegemos, nós não sabemos quem vem aí* (Entrevista 4).

A grande maioria dos movimentos portugueses contemporâneos são abertos a novos ativistas, diferenciando-se apenas pela existência ou não de registos formais de inscrição. Em coletivos como o *Rendimento Básico Incondicional* ou a *Assembleia Popular de Algés*, basta fazer-se presente nas reuniões para se ser um ativista de pleno direito. Noutros grupos, por outro lado, os novos membros são-no de facto após a satisfação de uma formalidade como a inscrição na associação (*Habita, Fábrica das Alternativas, Academia Cidadã*), o ser adicionado a um grupo de discussão no *Facebook* (*ActiBistas, (d)Eficientes Indignados*), a uma *mailing list* (*Plataforma Não ao TTIP*) ou o simples registo na lista de membros (*Artigo 74*).

O grupo *Que Se Lixe a Troika* constituiu uma notável exceção. A partir do momento em que os fundadores chegaram a acordo acerca da abertura do grupo a novos ativistas, tal possibilidade foi apenas concedida por convite, sendo os novos nomes sujeitos à aprovação prévia do grupo (Entrevista 14).

No que se refere às reuniões, são observáveis, com igual frequência, duas dinâmicas distintas: encontros divulgados e abertos a qualquer interessado, ou reuniões exclusivas para os membros do movimento. Isto coincide, na maioria dos casos, com o modelo de filiação adotado, sendo os grupos sem mecanismos formais de adesão, tendencialmente, mais abertos à participação de pessoas exteriores ao grupo nas reuniões. Um membro do *Artigo 74* conta: *divulgamos no Facebook as nossas reuniões. Estamos sempre a insistir para que apareçam mais pessoas* (Entrevista 15).

Como casos excecionais poderão ser apontados o coletivo *Anonymous* que não reúne de todo, e a *Fábrica das Alternativas*. Este último grupo, apesar de ter todas as reuniões e atividades abertas à participação de qualquer interessado, não faz divulgação entre não-membros com receio de lotação. *O espaço não é muito grande*, justifica um ativista (Entrevista 9).

3.3 - Pluralismo

A grande maioria dos movimentos entrevistados demonstram preocupações pluralistas. Este valor foi medido através de um conjunto de questões passíveis de serem agrupadas em três temas: interseccionalidade, abertura programática e heterogeneidade ideológica dos militantes.

A abordagem de vários temas sociais e políticos é a norma entre os movimentos sociais portugueses. Apesar de os temas ligados às condições de vida materiais da população se encontrarem mais presentes, tais assuntos aparecem frequentemente associados a questões ambientais e lutas contra discriminações várias. Um membro dos *Ritmos da Resistência* sublinha a *necessidade de agir em vários focos: os anti-imperialismos, anti capitalismo, anti discriminação...* (Entrevista 12).

A *Academia Cidadã* materializa esta tendência na sua própria composição orgânica. O coletivo encontra-se dividido em vários polos, dotados de missões complementares, mas tematicamente divergentes. Assim, o grupo aborda questões tão diversas como proteção de dados, democracia na escola, utilização do espaço público, racismo, orientação sexual, deficiência, direitos humanos ou a sustentabilidade ecológica.

Existem poucos coletivos que possam ser caracterizados como *single-issue*. O *Rendimento Básico Incondicional*, a *Revolução Branca* e os *(d)Eficientes Indignados* enquadram-se nesta categoria. No entanto, como é possível verificar no discurso de membros da *Habita* e do *Artigo 74*,

mesmo em grupos mono-temáticos, é possível encontrar uma linguagem de interseccionalidade, defendendo que *socialmente, está tudo ligado* (Entrevista 3).

Contrariamente ao que é apontado pelos autores que refletem acerca do fenómeno da cultura política libertária nos movimentos sociais, a abertura programática é quase uma exceção. Grupos como a *Assembleia Popular de Algés* e a *Fábrica das Alternativas* escarnam este valor na sua forma de ativismo desprovido de manifesto ou mesmo de exigências claras. No entanto, a maioria dos movimentos optou por uma maior definição política. Mesmo os *Indignados*, apesar da abrangência das suas preocupações sociais e políticas, formularam um conjunto de exigências muito concretas, relativamente à reforma do sistema político e eleitoral.

Ideologicamente, os movimentos sociais são muito heterogéneos. Quase todos reúnem um conjunto de pessoas ligadas à esquerda parlamentar, sobretudo Bloco de Esquerda e PCP; as forças políticas menores como o MAS, o Livre ou o SR-CIT; anarquistas e libertários de esquerda; bem como bastante gente ideologicamente desalinhada ou indefinida. Um entrevistado da *Auditoria Cidadã* afirma que o movimento contém *esquerda, aquilo que se pode chamar extrema-esquerda, todo o leque partidário, muita gente solta...* (Entrevista 10).

Naturalmente, a *Revolução Branca* apresenta uma variante diferente de heterogeneidade ideológica. Nesse coletivo, a variedade não está distribuída em torno da esquerda radical, mas do centro político (Entrevistas 4 e 17).

As mais notáveis exceções à lógica diversidade política são os grupos com uma identidade mais fortemente libertária. Um ativista dos *Anonymous* refere como o grupo possui uma tendência observável: *são muito libertários, mas sempre no sentido do anarco-individualismo* (Entrevista 18). De facto, tanto entre *Anonymous* como no coletivo que organizou a ocupação de *São Lázaro*, existe uma observável hegemonia ideológica por parte do anarquismo (Entrevistas 18 e 8).

Se, em geral, os movimentos portugueses apresentam sinais da adoção do pluralismo enquanto princípio axiológico, esta lógica é especialmente acentuada em grupos como a *Fábrica das Alternativas*, as *ActiBistas* e a *Assembleia Popular de Algés*. Estes coletivos articulam um discurso interseccional pluritemático com abertura programática e heterogeneidade ideológica.

3.4 - Dominação

O compromisso axiológico com a oposição a todas as formas de dominação constitui outro traço distinto da cultura política libertária. De facto, quase na totalidade dos movimentos sociais em causa, foi observada uma crítica de *várias facetas da sociedade nas quais grupos e pessoas são controladas, coagidas, exploradas, humilhadas, discriminadas, etc.* (Gordon, 2008, 32).

As formas de dominação identificadas variam de grupo para grupo. As *Bichas Cobardes*, por exemplo, denunciam a *homofobia, transfobia e machismo* (Entrevista 7), enquanto a *Habita*, por seu lado, se debruça sobre *questões da habitação, do desemprego, da pobreza, da precariedade, do racismo, da violência policial* (Entrevista 3). O défice democrático, a precariedade e as várias formas de discriminação são alguns dos modos de dominação mais referidos.

É, no entanto, notável que o discurso acerca destes temas aparece sobretudo como um somatório de problemas sociais. Poucos movimentos articulam tal agregado como um todo, identificando-o com a questão da dominação. Ao mesmo tempo, poucas preocupações são transversais aos vários grupos. Tendencialmente, cada coletivo incide a sua crítica sobretudo sobre os problemas que são mais próximos do seu âmbito de ação.

Outro sinal de oposição à dominação, de acordo com a teoria, seria a crítica dos movimentos mais hierárquicos. Se é verdade que quase todos estes coletivos apresentam uma posição anti-hierárquica, em menos casos tal opção axiológica se traduz numa crítica a modelos mais verticais de ativismo. Os *Ritmos da Resistência* e o *M12M* encontram-se entre aqueles que exprimem esta oposição de modo mais claro.

Mais rara ainda é uma crítica ao estado, encontrada apenas em cinco dos grupos entrevistados. Mesmo entre estes coletivos, os tipos de análise do estado enquanto agente de dominação variam.

Grupos como os *Anonymous* e *São Lázaro* adotam um discurso próximo do anarquismo tradicional, associando a oposição ao estado com valores de anti-autoritarismo. Do lado do *Artigo 74* o discurso é mais próximo da doutrina marxista, na medida em que analisa o estado *como instrumento da classe capitalista* (Entrevista 6). Por fim, a *Revolução Branca* apresenta uma crítica mais liberal, sublinhando a tensão entre estado e indivíduo: *nós hoje olhamos para o Estado como um mecanismo de opressão do cidadão, quando isso contraria os princípios do Estado* (Entrevista 4).

Uma crítica às forças policiais é ainda mais difícil de encontrar. Apenas os *Ritmos da Resistência* apresentaram tal reflexão. Um dos militantes afirmou *tenho muitas dificuldades em acreditar neste modelo de policiamento e segurança* (Entrevista 13), preocupações semelhantes foram verbalizadas pelos outros ativistas do grupo. No entanto, eles deixaram claro que se trata de um assunto acerca do qual não existe, no coletivo, consenso.

Na globalidade, pode-se afirmar que os movimentos sociais têm uma adesão ao princípio contra a dominação inferior ao que a teoria aponta. A revolta contra várias formas de opressão e discriminação encontra-se bastante presente, mas sem um discurso articulado acerca do fenómeno da dominação. Críticas ao estado e às forças de segurança são muito raras. Tendo em conta o panorama geral, o movimento *Ritmos da Resistência* é aquele que melhor encarna esta característica.

3.5 - Capitalismo

A par da oposição às diversas formas de dominação, os autores que escreveram acerca do fenómeno da difusão de princípios libertários entre os movimentos sociais contemporâneos apontam o anti capitalismo como um dos valores que caracterizam esta cultura política. Os dados recolhidos não permitem confirmar essa observação no que aos movimentos sociais portugueses diz respeito.

De entre os grupos entrevistados, apenas três se manifestaram expressamente contra o modelo económico capitalista. *Somos anti-capitalistas* (Entrevista 12), afirma um músico dos *Ritmos da Resistência*. A mesma mensagem encontra-se somente na *Fábrica das Alternativas* e no *Movimento Zeitgeist*. Um ativista deste último coletivo chega, inclusive, a ir mais longe, defendendo que *o nosso ponto fulcral [do movimento] é a abolição do dinheiro* (Entrevista 11).

Esta quase ausência de anti capitalismo explícito poderá significar que os movimentos portugueses adotam uma posição mais moderada no que diz respeito à economia política, o que optam, por alguma razão, por suavizar o seu discurso.

Ao invés de uma oposição declarada ao sistema capitalista, encontra-se um discurso anti-austeridade ou contra as políticas económicas entendidas como “neoliberais”. Um membro da *Plataforma 15 de Outubro* refere preocupações com *a precariedade e a austeridade internacional*,

com um forte pendor de contestação à falha do sistema financeiro (Entrevista 1). Do mesmo modo, o *Que Se Lixe a Troika* define-se a si mesmo como um movimento vocacionado *contra a entrada da Troika em Portugal, e contra a política de austeridade* (Entrevista 14).

Temas semelhantes são enunciados por ativistas dos vários movimentos em causa. Além da austeridade, as questões que mais preocupam os coletivos portugueses são o poder do sistema financeiro, a precariedade e o desinvestimento nos serviços públicos. As alternativas defendidas são marcadamente reformistas e de forma alguma anti-capitalistas. Uma pessoa do *M12M* propõe *aumentar os salários, criar sistemas fiscais mais justos...* (Entrevista 1).

Novamente, a exceção é a *Revolução Branca*. O grupo afirma que *nunca nos opusemos a Troika* (Entrevista 17), justificando que *o que era necessário era evitar as políticas que nos colocaram em posição de precisar do empréstimo. E quem empresta, naturalmente que quer ser pago* (Entrevista 17).

De acordo com os dados empíricos, poder-se-á afirmar que existe, em Portugal, muito menos anti capitalismo assumido do que seria de prever de acordo com os teóricos da cultura política libertária. Ao invés disso, o que se encontra é um discurso que acentua as desvantagens do capitalismo contemporâneo em nome de uma luta contra a política de austeridade.

3.6 - Representação Política

A maioria dos movimentos sociais analisados são constituídos por grupos de ativistas ideologicamente heterogéneos. Assim sendo, o facto de quase todos os coletivos entrevistados contarem, entre os seus membros, com pessoas filiadas em partidos políticos não surpreende. Esta abertura aparece, no entanto, contrabalançada com uma tendência para recusar a cooperação com atores políticos convencionais.

Ao contrário do que aponta a teoria, os movimentos consistentemente anti-representação política são uma exceção. Muito poucos grupos combinam uma crítica da democracia representativa e política partidária com um distanciamento efetivo face às militâncias partidárias.

O grupo que promoveu o protesto *Geração à Rasca* constituiu, inicialmente, um exemplo deste invulgar fenómeno. Criticando a *esquerda mais tradicional* (Entrevista 1), o grupo propôs-se a demonstrar que *é possível fazer sem estarmos à espera dos partidos e dos sindicatos* (Entrevista 1). Um militante conta como o *M12M* *não estava próximo de nenhum partido, isso sempre foi uma*

coisa que fez muita confusão aos partidos (Entrevista 1). No entanto, vários ativistas do M12M viriam, mais tarde, a integrar projetos partidários.

O fenómeno oposto é significativamente mais frequente. Movimentos como a *Auditoria Cidadã*, a *Habita* e o *Artigo 74*, apresentam uma adesão tácita ao princípio da representação política. Nas palavras de um ativista do *Que Se Lixe a Troika*, o projeto destes coletivos não passa por ser anti-apartidário, mas de *levar os partidos e sindicatos a propor alternativas* (Entrevista 14).

Estes grupos distinguem-se pelo facto de, todos eles terem entre os seus membros pessoas filiadas no Bloco de Esquerda. Um militante do *Artigo 74* conta que, quando o grupo foi formado, *a maioria dos membros eram do Bloco de Esquerda* (Entrevista 15). O mesmo se passa com a *Auditoria Cidadã* que *estava muito próxima do Bloco de Esquerda, aliás, demasiado* (Entrevista 1), tal como os outros movimentos que se abstêm de posições anti-representação.

Associado a esta proximidade com o Bloco de Esquerda, a maioria destes grupos possui bastantes pontos de contacto entre si, bem como com o movimento *Precários Inflexíveis*. Uma pessoa da *Habita* conta que *há duas pessoas da direção da Habita que fazem parte do Bloco de Esquerda. Essa relação facilita a relação com outros grupos, como os Precários Inflexíveis* (Habita 16).

Mais frequente que uma posição contra ou tacitamente a favor da representação política e a opção pela não cooperação. A maioria dos movimentos sociais entrevistados decidiu não trabalhar diretamente com partidos políticos, apesar de acolher ativistas de diversos partidos de esquerda. A autonomia dos coletivos é a principal justificação apontada. Um membro da *Academia Cidadã* explica que o grupo *não apoia nem recebe apoios de nenhum partido. É uma forma de nos mantermos independentes* (Entrevista 1). A mesma ideia é transmitida por um militante do *Movimento Zeitgeist*: *não queremos colaborar com nenhum partido, porque não queremos ser conotados com nenhum partido* (Entrevista 11).

A maioria dos grupos que opta pela não cooperação com partidos políticos não apresenta uma crítica da noção representação, como se pode verificar no discurso da *Academia Cidadã*, das *ActiBistas* ou do *Movimento Zeitgeist*. A *Assembleia Popular de Algés* e os *Indignados* constituem as principais exceções a esta tendência. Um membro deste último coletivo refere como *a mensagem era muito clara: não nos representam, (...) a nossa representação está na rua* (Entrevista 8).

3.7 - Democracia Direta e Consenso

Nos movimentos sociais analisados, a democracia é tida em grande apressa. Quase todos os grupos entrevistados sublinharam a importância dos princípios democráticos no seu funcionamento interno. Como refere um membro da *Academia Cidadã*, *as decisões mais importantes são tomadas, o mais possível, de forma democrática* (Entrevista 18).

O modelo de tomada de decisão hegemónico entre os movimentos sociais em causa é, sem dúvida, o consenso. Um militante dos *Indignados* refere como *o consenso era um fator muito importante* (Entrevista 8). De facto, uma larga maioria dos coletivos de ativistas recorrem a tal modelo. A adoção do consenso é encontrada sob duas formas diferentes: a convencional e a mitigada.

O consenso convencional, o modelo mais usado, pode ser encontrado sobretudo em movimentos com uma distinta inclinação ideológica libertária como os *Ritmos da Resistência*, o coletivo de *São Lázaro* ou a *Fábrica das Alternativas*, mas também noutros grupos como a *Revolução Branca*. Trata-se de um mecanismo de deliberação coletiva que apenas aprova decisões contra as quais nenhum dos membros tenha sérias objeções. Devido à necessidade de procurar compromissos e pontos de convergência, trata-se de um processo *demorado e cansativo, mas funciona*, como testemunha um ativista dos *Ritmos da Resistência* (Entrevista 12).

Dentro dos coletivos que utilizam o consenso convencional como modelo de decisão, existem aqueles que, como a *Assembleia Popular de Algés* ou os *Indignados* promovem assembleias populares abertas onde o exercício deste modo de democracia direta é alargado a cidadãos fora do movimento. Os movimentos que assim procedem têm tal projeto como sua principal vocação, conforme se observa nos exemplos apontados.

O consenso mitigado abandona esta lógica de *se não há consenso é porque não houve discussão suficiente* (Entrevista 9), em favor de uma alternativa mais pragmática. Grupos como a *Academia Cidadã*, o *Artigo 74* e a *Habita* tentam tomar decisões por consenso ou *por votação quando não é possível consenso* (Entrevista 1). Um membro da *Habita* conta que *quando não conseguimos consenso, votamos*, e justifica-se afirmando: *não somos fundamentalistas do consenso* (Entrevista 16).

O modelo de decisão menos usado é a votação por maioria simples. Tal forma de democracia direta é significativamente menos popular que o consenso, pelo que foi apenas identificada na *Plataforma Não ao TTIP* e *ActiBistas*.

Existe, ainda, outro modelo. Grupos como o *Rendimento Básico Incondicional*, o *Movimento Zeitgeist* e os *Anonymous*, optaram por não ter processos de deliberação coletiva. Nestes coletivos, o reforço da autonomia individual consegue-se através da ausência de decisões coletivas. Funcionam, antes, segundo uma lógica mais voluntarista e individualista segundo a qual cada militante tem liberdade para promover as ações e iniciativas que entender e conta com o apoio dos restantes membros na medida do interesse pessoal de cada um. Um ativista do *Movimento Zeitgeist* resume o processo da seguinte forma: *cada um faz o que lhe apetece, nunca houve decisões a serem tomadas* (Entrevista 5).

3.8 - Rede

A articulação em redes reticulares, não-hierárquicas e descentralizadas é uma tendência observável entre os movimentos sociais portugueses. Como testemunha um ativista, tal forma de cooperação é recente e deve-se a uma mudança na cultura política dos coletivos: *nos últimos anos a forma de fazer ativismo mudou e aproximámo-nos todos uns dos outros* (Entrevista 13).

Três dos grupos entrevistados, *Que Se Lixe a Troika*, *Plataforma 15 de Outubro* e *Plataforma Não ao TTIP*, são redes de ativistas. Tais agregados, pelo facto de juntarem e articularem as forças de diversos grupos, tendem a destacar-se como importantes atores políticos no *milieu* dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, funcionam como mais do que uma soma de indivíduos ou coletivos, possuindo dinâmica e cultura própria.

Quase na sua totalidade, os grupos em causa estão integrados em diversos tipos de redes de movimentos. Novamente, a *Revolução Branca* apresenta-se como a exceção na medida em que não integra nenhuma plataforma de colaboração entre movimentos, nem possui laços significantes com nenhum outro coletivo ativista.

Para efeitos de exposição, optou-se por categorizar estas articulações em duas classes: formais e informais. As redes formais existentes no panorama nacional são, por ordem cronológica, a *Plataforma 15 de Outubro*, o *Que Se Lixe a Troika* e a *Plataforma Não ao TTIP*. Pela sua lógica de organização e funcionamento, as organizações das marchas LGBT acabam por

espelhar este modelo, pelo que poderiam ser incluídas nesta categoria. Quase metade dos grupos entrevistados integram ou integraram uma das plataformas referidas.

Em paralelo com estas organizações, a maioria dos grupos pertence a redes internacionais ligadas à temática central do seu ativismo. A título de exemplo podem ser nomeados o *International Student Movement* (Artigo 74), *European Civic Forum* (Academia Cidadã) e *Unconditional Basic Income Europe* (Rendimento Básico Incondicional).

A segunda categoria diz respeito às proximidades e colaborações que se estabelecem entre os diversos movimentos sem que se estabeleça entre eles um quadro claro de articulação. No que se refere a tais redes informais, as ligações mais visíveis estabelecidas entre os grupos contactados seguem linhas temáticas.

Assim, movimentos LGBT como as *ActiBistas* ou as *Bichas Cobardes* demonstram laços estreitos, assim como com outros coletivos do mesmo género como as Panteras Rosas, o Lóbula ou o PolyPortugal. Situações semelhantes ocorrem entre os vários movimentos pelo direito à habitação, como conta um membro da *Habita*: *temos uma colaboração próxima com o PAH, e com a Laranjinha* (Entrevista 16); ou com os grupos de ocupação e assembleias populares, segundo uma pessoa dos *Indignados*:

“Tínhamos uma relação com todas as assembleias populares: Algés, Graça, Benfica, porque as ajudámos a criar. Tínhamos alguma relação (...) com os movimentos Ocupar Lisboa, Ocupar São Bento.”

(Entrevista 8)

Além destas ligações, existem laços de outra natureza. Examinando as relações entre os vários movimentos, é possível observar pelo menos dois núcleos. Por um lado encontram-se os grupos com uma identidade mais libertária, bastante organizados em torno do espaço recreativo RDA. Entre estes contam-se grupos como os *Ritmos da Resistência*, a *Fábrica das Alternativas* e os *Indignados*. Por outro lado, distingue-se um vasto conjunto de coletivos próximos dos *Precários Inflexíveis*, como a *Habita*, a *Auditoria Cidadã* e as *Bichas Cobardes*.

As plataformas *15 de Outubro* e *Não ao TTIP*, bem como a *Acampada do Rossio*, possuem uma importância reforçada neste cenário. Tais grupos foram capazes de se estabelecer como pontos de contacto entre coletivos dos dois núcleos. Um membro da *Plataforma 15 de Outubro*

testemunha como *eram muitos, passando pelos Precários Inflexíveis, a Rubra, o MAS, pessoal do RDA, dos «anarcas», do Coro da Achada...* (Entrevista 1).

3.9 - Ação Direta e Prefiguração

Entre os movimentos sociais contemporâneos contactados, a tendência geral é para não existir um discurso de apelo à ação direta. De facto, esse termo é raramente encontrado no vocabulário dos ativistas. Coletivos como os *Indignados* ou a *Fábrica das Alternativas* podem ser referidos como exceções.

Apesar da ausência de adesão retórica à ação direta, a maioria dos grupos entrevistados praticam esta forma de intervenção política. Não existe uma estratégia mais popular, mas uma panóplia de ações como auditorias, educação não formal, auxílio a sem-abrigo, assembleias populares, grupos de apoio e hacktivismo.

A ocupação foi uma estratégia que ganhou notoriedade internacional com a partir das revoltas democráticas no Magreb, sendo mais tarde adaptada por ativistas ligados ao *M15M* e ao *Movimento Occupy*. Também em Portugal a ocupação foi recuperada enquanto técnica de participação política. A *Acampada do Rossio* gozou de maior exposição mediática, mas existiram também a ocupação de *São Lázaro* e da Praça de São Bento (Ocupar São Bento). Ademais, movimentos como o *Artigo 74* e a *Habita* incorporaram essa estratégia nas suas ações. Os primeiros invadiram o edifício da cantina universitária junto ao ISCTE, num ato de resistência contra o fecho da mesma. Os membros da *Habita* ocuparam, em conjunto com moradores locais, uma igreja na Amadora, como conta um dos participantes:

“Na sequência das demolições, várias pessoas iam ficar sem casa. Então, reunimos seis ou sete moradores e invadimos a igreja, lá na Amadora. Ficámos lá e dissemos que não saíamos, com as mantas. Lá se conseguiu que essas pessoas não ficassem na rua e a igreja ofereceu acolhimento.”

(Entrevista 16)

Outra forma de ação direta que gozou de bastante notoriedade no *millieu* ativista, em Portugal, foram as chamadas grandoladas. Esta forma de protesto consiste na interrupção de eventos públicos que, de um modo ou de outro, deem voz a figuras do governo. As sessões eram boicotadas pelos ativistas cantando *Grândola Vila Morena*, música histórica pelo seu papel como

código para o início do golpe militar de 25 de Abril. Os *Precários Inflexíveis* e o *Artigo 74*, bem como outros coletivos, promoveram várias ações deste género ao longo de 2013.

De entre os vários movimentos que praticam ação direta, apenas o coletivo de *São Lázaro*, a *Acampada do Rossio* e os *Indignados* utilizaram uma linguagem de prefiguração. Tal dado é coerente com o facto de o próprio termo ação direta se encontrar pouco presente no discurso dos ativistas, indiciando a ausência de grande reflexão teórica acerca das estratégias de intervenção política. Um ativista da *Acampada* conta como *o que se estava a criar na acampada era uma micro-sociedade política (...), um modelo mais participativo que depois se pudesse replicar na sociedade* (Entrevista 8).

Entre os movimentos que optam por não recorrer a táticas de ação direta, as estratégias políticas mais utilizadas são a divulgação e o protesto. Grupos como o *Rendimento Básico Incondicional*, o *Movimento Zeitgeist* e a *Plataforma Não ao TTIP* focam-se sobretudo em fomentar *conversa com as pessoas e debate de ideias* (Entrevista 20). Por outro lado, coletivos como os *(d)Eficientes Indignados*, os *Ritmos da Resistência* e o *Que Se Lixe a Troika* investem em *grandes manifestações* (Entrevista 14) ou semelhantes ações de protesto.

Dentro da categoria das estratégias de protesto, destacam-se as ações que articulam o propósito de uma manifestação com a linguagem de uma *performance* artística. Durante a *Acampada do Rossio*, o *M12M* organizou uma encenação intitulada *Rate Me, era um teatro onde o doutor da Troika avaliava a Islândia, Portugal e Grécia* (Entrevista 1). Outro exemplo é dado pelos *Indignados* que, em 2012, organizaram *um festejo no metro, vestidos de ricos, a festejar a subida do preço dos bilhetes* (Entrevista 8).

Conclusão

Tendo em conta os dados recolhidos, é possível fazer uma caracterização dos traços gerais partilhados entre os vários movimentos sociais em Lisboa nascidos na segunda década do século XXI. Existe, entre tais grupos, um quadro axiológico marcado por valores como horizontalismo e pluralismo, bem como pela crítica à política de austeridade. No que há organização dos coletivos diz respeito, impera a lógica de consenso, aliada à integração em redes informais.

É observável, em termos de valores, alguma consonância com aquilo que a teoria da cultura política libertária prevê para estes movimentos. A hegemonia de princípios como a horizontalidade e pluralismo, expressos na ausência de lideranças formais, interseccionalidade e heterogeneidade ideológica, apontam nesse sentido. A maior divergência prende-se como o valor da participação, em relação ao qual existem posições distintas conforme o movimento em causa.

A crítica do capitalismo, da dominação, das autoridades policiais e da representação política encontra-se ausente entre estes grupos, ao contrário do que aponta o quadro conceptual referente à cultura política libertária. Ao invés, encontra-se um discurso crítico acerca das consequências negativas do capitalismo, atribuídas à política de austeridade.

A maior conformidade com o modelo teórico verifica-se em termos de modelos organizacionais e estratégias de ação. Existe uma hegemonia do consenso enquanto método de tomada de decisão, assim como uma acentuada integração dos movimentos em redes, sobretudo informais. É observável uma tendência para a adoção de estratégias de ação direta, mas não se pode considerar um traço dominante da cultura política dos movimentos em causa.

A adesão dos movimentos em Lisboa aos princípios próprios da cultura política libertária distingue-se por uma forte conformidade em termos organizacionais e estratégicos, uma adoção parcial dos valores característicos e uma forte diferenciação no que diz respeito aos anti valores. Deste modo, pode-se afirmar que existem claras influências da cultura política libertária nos movimentos sociais contemporâneos, sem que exista uma sintonia suficientemente forte para que se possa falar de uma adoção dessa cultura política.

Na verdade, apesar da existência inquestionável de traços e tendências partilhadas entre os vários movimentos analisados, seria mais adequado em falar da coexistência de dois modelos de cultura política: uma mais libertária e outra mais convencional.

A análise das relações entre os vários movimentos permite verificar a existência de um núcleo informal de coletivos, marcados por laços mais próximos entre si. De facto, este fenómeno faz-se acompanhar de características próprias, sobretudo ao nível das opções axiológicas e modelos de decisão coletiva. Este núcleo distingue-se do conjunto dos movimentos sociais em causa pela maior propensão para a adoção de características como uma orgânica propriamente horizontal, a recusa da cooperação com partidos e o consenso convencional.

A este conjunto pertencem grupos como GAIA, Laranjinha, PAH e *Ritmos da Resistência*, com destaque para o RDA enquanto ponto de convergência (Anexo A). Em torno deste núcleo, existe um conjunto de coletivos como *Rendimento Básico Incondicional*, *Movimento Zeitgeist* e *Anonymous*. Os vários movimentos de ocupação e assembleias populares (com exceção da *Acampada do Rossio*) integram-se, igualmente, neste conjunto, mas com um conjunto de traços próprios.

Apesar de ser um valor transversal aos vários movimentos estudados, o horizontalismo manifesta-se de forma mais intensa no quadro axiológico destes coletivos. A maioria deles enquadram-se na categoria dos movimentos propriamente horizontais, onde não é possível distinguir a formação de lideranças formais ou informais. Tal valor é acompanhado por um discurso explicitamente anti-hierárquico, mas nem sempre anti-dominação. Apesar de tudo, foi entre estes coletivos que se encontraram os únicos exemplos de crítica do capitalismo, da representação política, do estado e das forças policiais. Os movimentos referidos distinguem-se, ainda, por uma forte tendência para a recusa da cooperação com partidos políticos.

O subconjunto dos movimentos de ocupação e assembleia acrescenta, ainda, um forte enfoque na promoção da participação a este quadro axiológico. Além do discurso dos ativistas, esta preocupação em mecanismos de filiação livres e informais, bem como no facto de as reuniões serem abertas e divulgadas.

Outra característica distintiva do conjunto de movimentos dotados de uma cultura política mais libertária é o modelo de tomada de decisão. Entre os grupos estudados referidos é utilizado o consenso convencional. Muito poucos exemplos deste modelo de deliberação foram observados fora do núcleo em causa. As únicas exceções a esta opção organizacional são o *Rendimento Básico Incondicional*, o *Movimento Zeitgeist* e os *Anonymous*, que recorrem a um modelo voluntarista,

sem decisões coletivas. Também este modelo não é observado em nenhum grupo fora desta rede informal.

Em suma, tanto as opções organizacionais como o quadro axiológico correspondem destes coletivos ao previsto na teoria, mesmo que a recusa da dominação, capitalismo e representação política apareçam de forma notavelmente mitigada. Deste modo, é possível afirmar que o referido conjunto de movimentos possui uma cultura política distintamente libertária, nos termos do modelo de análise aqui usado.

Outro agregado distinto de movimentos sociais é observável em torno dos coletivos que frequentam o Espaço Mob como a *Habita*, o *Artigo 74*, as *Bichas Cobardes*, o *Lóbula* (Anexo A) e, o principal ponto de convergência, *Precários Inflexíveis*. Este conjunto forma o núcleo de uma rede numerosa que inclui não apenas muitos dos movimentos LGBT em Lisboa (Panteras Rosa, Letras Fora do Armário, PolyPortugal, *ActiBistas*...) como ainda *Que Se Lixe a Troika*, ATTAC, *Auditoria Cidadã*, Congresso Democrático das Alternativas e *(d)Eficientes Indignados* (Anexo A). Os principais traços distintivos deste conjunto de movimentos são a presença de lideranças informais, a adesão ao princípio da representação política e o recurso ao consenso mitigado como modelo de deliberação coletiva.

Apesar de adotarem o horizontalismo enquanto valor, os militantes destes movimentos reconhecem, regra geral, a existência de uma concentração desigual de poder dentro do coletivo. Este processo é, na maioria dos casos, atribuído a características subjetivas como o compromisso ou a dedicação de cada um. Em casos como as *Bichas Cobardes* e os *(d)Eficientes Indignados*, a liderança informal é constituída pela pessoa que iniciou o movimento. Isto distingue estes grupos do núcleo anteriormente referido, onde predomina a lógica propriamente horizontal.

Outro traço distintivo é a adesão ao princípio da representação política. Não obstante o facto de serem apartidários, estes movimentos distanciam-se do discurso que põe em causa a lógica da representação política. De facto, na sua maioria, optam por colaborar com os próprios partidos, na persecução de fins comuns. É de apontar que, quase na sua totalidade, estes grupos partilham o facto de possuírem militantes do Bloco de Esquerda entre os seus ativistas.

Se entre o núcleo anterior o método de tomada de decisão mais utilizado é o consenso mitigado. Uma minoria recorre a votações por maioria simples. Deste modo, verifica-se que, entre

estes coletivos, o pragmatismo toma precedência sobre o compromisso com o modelo de consenso.

De modo global, não é possível afirmar que tais movimentos possuam uma cultura política libertária. Existe, ao invés, alguma influência libertária, expressa sobretudo nos modelos de organização e estratégias de ação adotadas.

É importante sublinhar que estes dois conjuntos de movimentos não englobam a totalidade dos grupos em Lisboa. Conforme referido, existem vários coletivos que se encontram numa posição intermédia, com relações e características de ambos os núcleos. As plataformas *15 de Outubro* e *Não ao TTIP* são os principais exemplos desta situação.

Existem, ainda, grupos como a *Academia Cidadã* e o *M12M* cujo quadro axiológico, modelo organizacional e opções estratégicas não se enquadram em nenhum dos conjuntos propostos. A *Revolução Branca* é um caso notável, na medida em que se distancia claramente de todos os outros coletivos analisados pela adoção de uma cultura política distinta.

É possível afirmar que, não possuindo uma cultura política libertária, os movimentos sociais em Lisboa têm sido, até certo ponto, influenciados por tais tendências. Tal ligação é especialmente clara no que respeita aos modelos de organização, decisão e ação, mas manifesta-se também na adesão a princípios como a horizontalidade e pluralismo.

Os movimentos com uma cultura política mais distintamente libertária constituem uma minoria. Este núcleo foi especialmente bem-sucedido entre 2011 e 2012, com o aparecimento de inúmeros movimentos de ocupação ou assembleia, mas acabou por ver o seu modelo ser substituído pela emergência de novas lógicas de ativismo, mais convencionais e próximas da política partidária.

Deste modo, a teoria apresentada por Graeber, Gordon, Nail e outros é apenas parcialmente aplicável ao contexto ativista da cidade de Lisboa, onde a tendência para a adoção de princípios libertários por parte dos movimentos sociais se revela menos intensa do que conceptualizado pelos autores. Ademais, a noção de cultura política libertária caracteriza sobretudo um modelo de participação progressivamente menos popular desde o seu auge no período entre 2011 e 2012.

Bibliografia

- Adams, Jason. 2003. "Post-Anarchism in a Nutshell". *Anarchist Library*. <http://theanarchistlibrary.org/library/jason-adams-postanarchism-in-a-nutshell>, consultado a 12 de Dezembro de 2014
- Adams, Jason. 2011. "The Constellations of Opposition". In *Post-Anarchism: A Reader*, editado por Rousselle e Evren, Londres: Pluto Press, pp. 117-138
- Arksey, Hilary e Kinght, Peter. 1999. *Interviewing for Social Scientists*. Londres: Sage
- Badia, M. (ed.) 2011. *Manual de Ciência Política*. Madrid: Tecno
- Blaxter, Loraine et al. 2001. *How to Research*. Buckingham: Open University
- Burns, Robert. 2000. *Introduction to Research Methods*. Londres: Sage
- Carson, Kevin. 2011. "Occupy Wall Street: Will the other shoe drop?". *Center for a Stateless Society*. <https://c4ss.org/content/8558>, consultado a 24 de junho de 2015
- Chazel, F. 1995. "Movimentos Sociais". In *Tratado de Sociologia*, editado por Boston, R., pp. 250-306. Porto: Edições Asa
- Curran, Giorel. 2006. *21st Century Dissent: Anarchism, Anti-Globalization and Environmentalism*. Hampshire: Palgrave Macmillan
- Day, Richard. 2004. "From Hegemony to Affinity: The Political Logic of the Newest Social Movements", *Cultural Studies*, vol. 18, no 5, pp. 716 - 748
- Day, Richard. 2005. *Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements*. Londres: Pluto Press
- Day, Richard. 2011. "Hegemony, Affinity and the Newest Social Movements: at the End of the 00s". In *Post-Anarchism: A Reader*, editado por Rousselle e Evren, Londres: Pluto Press, pp. 95-116
- della Porta, Donatella e Diani, Mario. 2006. *Social Movements: An Introduction*. Malden: Blackwell Publishing
- Diamond, Larry. 1994. *Political Culture & Democracy in Developing Countries*. Boulder: Lynne Rienner

Dores, António. 2012. "A sociologia nas manifestações multitudinárias". Disponível em <http://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/1140/files/2013/02/Dores.pdf>, consultado a 19 de Maio de 2015

Eatwell, Roger (ed.). 1997. *European Political Cultures, Conflict or Convergence?* Londres: Routledge

Elkins, David e Simeon, Richard. 1979. "A Cause in Search for its Effect, or What does Political Culture Explain?", *Comparative Politics* 11, 1979, pp. 127-145

Epstein, Barbara. "Anarchism and the Anti-Globalization Movement", *Monthly Review*. Vol. 53, No. 4 (2001)

Espírito Santo, Paula. 2006. *Sociologia Política e Eleitoral*. Lisboa: ISCSP, 2006

Evren, Süreyya. 2011. "Introduction: How New Anarchism Changed the World (of Opposition) after Seattle and Gave Birth to post-Anarchism". In *Post-Anarchism: A Reader*, editado por Rousselle e Evren, Londres: Pluto Press, pp. 1-22

Fernández de Rota, Antón. 2011. "Acracy_Reloaded@post1968/1989: Reflections on Postmodern Revolutions". In *Post-Anarchism: A Reader*, editado por Rousselle e Evren, Londres: Pluto Press, pp. 139-148

Foddy, William. 1996. *Como Perguntar*. Oeiras: Celta

Gee, Teoman. 2003. "New Anarchism", *Some Thoughts*. [Local Desconhecido]: Alpine Anarchist Productions

Gerlach, Luther. 2001. "The Structure of Social Movements: Environmental Activism and its Opponents". *RAND*. http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR1382/MR1382.ch9.pdf, consultado a 28 de Março de 2014

Giacomo, Sani. 2004. "Cultura Política". In *Dicionário de Política*, vol. 1, editado por Norberto Bobbio. Lisboa: Dinalivro

Gibbins, John (ed.). 1990. *Contemporary Political Culture*. Londres: SAGE

Gibson, Morgan. 2011. "The Role of Anarchism in Contemporary Anti-Systemic Social Movements". *Libcom*. <http://libcom.org/library/role-anarchism-contemporary-anti-systemic-social-movements>, consultado a 2 de Abril de 2014

Gibson, Morgan. 2013. "The Anarchism of the Occupy Movement", *Australian Journal of Political Science*, 48:3, 335-348

Gordon, Uri. 2005. "Liberation Now: Present-Tense Dimensions of Contemporary Anarchism". *Infoshop*. <http://www.infoshop.org/pdfs/gordon.pdf>, consultado a 27 de Novembro de 2013

Gordon, Uri. 2006. "Practising Anarchist Theory: Towards a participatory political philosophy". In *Constituent Imagination: Militant Investigation, Collective Theorization*, editado por Stephen Shukaitis e David Graeber. Oakland: AK Press

Gordon, Uri. 2007. "Anarchism Reloaded", *Journal of Political Ideologies* 12.1

Gordon, Uri. 2008. *Anarchy Alive! Anti-Authoritarian Politics from Practice to Theory*. Londres: Pluto Press

Graeber, David. 2002. "The New Anarchists", *New Left Review* 13, January-February 2002

Graeber, David. 2003. "The Twilight of Vanguardism". *The Anarchist Library*. <http://theanarchistlibrary.org/library/david-graeber-the-twilight-of-vanguardism>, consultado a 30 de Outubro de 2013

Graeber, David. 2007. "The Shock of Victory". *Dimension*. <http://dimension.ucsd.edu/CEIMSA-IN-EXILE/publications/Scholars/2007.4.pdf>, consultado a 27 de Novembro de 2013

Graeber, David. 2011a. "Occupy Wall Street's Anarchist Roots". *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/sep/25/Occupy-wall-street-protest>, consultado a 12 de Fevereiro de 2014

Graeber, David. 2011b. "Occupy Wall Street Rediscovered the Radical Imagination". *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/sep/25/Occupy-wall-street-protest>, consultado a 12 de Fevereiro de 2014

Graeber, David. 2011c. "Occupy and anarchism's gift of democracy". *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/nov/15/Occupy-anarchism-gift-democracy>, consultado a 12 de Fevereiro de 2014

Graeber, David. 2013. *Projecto Democracia: uma Ideia, uma Crise, um Movimento*. Lisboa: Presença

Graeber, David e Grubacic, Andrej. "Anarchism, or the Revolutionary Movement for the XXIst Century". 2004. *Z Communications*. <http://www.zcommunications.org/anarchism-or-the-revolutionary-movement-of-the-twenty-first-century-by-david-graeber.html>, consultado a 30 de Novembro de 2013

Grubacic, Andrej. [Entrevista] "European Trends of the Anti-Authoritarian Movement". 2003. *A Infos*. <http://www.ainfos.ca/03/aug/ainfos00313.html>, consultado a 3 de Dezembro de 2013

Grubacic, Andrej. 2004. "Towards Another Anarchism". *World Social Forum: Challenging Empires*, editado por Jai Sen et al, pp. 35-44

Holloway, John. 2003. "Is the Zapatista Struggle an Anti-Capitalist Struggle?". *The Commoner* no. 6, Inverno 2003

Inglehart, Ronald. 1990. *Culture Shift*. Princeton: Princeton university Press

Juris, Jeffrey. 2005. "Networked social movements: global movements for global justice". In *The Network Society: A Cross-cultural Perspective* editado por Manuel Castells. Nothampton: Edward Elgar Pub, pp. 341-358

Kavangh, Dennis. 1972. *Political Culture*. Londres: Macmillian

Kennedy, Michael. 2011. "Global Solidarity and the Occupy Movement". *Possible Futures*. <http://www.possible-futures.org/2011/12/05/global-solidarity-Occupy-movement/>, consultado a 18 de Novembro de 2013

Klandermans, B; Kriesi, H e Tarrow, S. 1988. "From structure to action: comparing social movements research across cultures". In Klandermans, B; Kriesi, H e Tarrow, S. *International social movement research, vol 1*. Greenwich: JAI Press

Langman, Lauren. 2013. "Occupy: A New Social Movement". *Current Sociology*, vol. 61, no. 4, pp. 510-524

Lima, Maria e Artiles, António. 2014. "Descontentamento na Europa em tempos de Austeridade: da acção coletiva à participação individual no protesto social". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S2182-74352014000100007&script=sci_arttext, consultado a 30 de Junho de 2015

Nail, Thomas. 2010. "Constructivism and the Future Anterior of Radical Politics" *Anarchist Developments in Cultural Studies*, Volume 2010.1

Nail, Thomas. 2012. *Returning to Revolution: Deleuze, Guattari and Zapatismo*. Edimburgo: Edinburgh University Press

Nail, Thomas. 2013a. "Zapatismo and the Global Origins of Occupy". *Journal for Cultural and Religious Theory* 12.3 Primavera 2013 20

Nail, Thomas. 2013b. "Deleuze, Occupy, and the Actuality of Revolution." *Theory & Event* 16, no. 1

Nail, Thomas. 2013c. "On Deleuze and Zapatismo – An Interview with Thomas Nail". *Critical Theory*. <http://www.critical-theory.com/deleuze-zapatismo-interview-thomas-nail/>, consultado a 6 de Outubro de 2013

Negri, Antonio e Hardt, Michael. 2011. "The Fight for 'Real Democracy' at the Heart of Occupy Wall Street". *Foreign Affairs*. 11 de Outubro de 2011. <http://www.foreignaffairs.com/articles/136399/michael-hardt-and-antonio-negri/the-fight-for-real-democracy-at-the-heart-of-Occupy-wall-street>, consultado a 15 de Outubro de 2013

Newman, Saul. 2011a. "The Politics of Post-Anarchism". *Adbusters*. <https://www.adbusters.org/magazine/97/saul-newman.html>, consultado a 15 de Março de 2014

Newman, Saul. 2011b. "Post-Anarchy". *Adbusters*. <https://www.adbusters.org/magazine/99/politics-post-anarchism.html>

Newman, Saul. 2011c. "Post-Anarchism and Radical Politics Today". In *Post-Anarchism: A Reader*, editado por Duane Rousselle and Sureyyya Evren. Londres: Pluto Press.

Pye, Lucian e Verba, Sidney (eds). 1965. *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press

Ronfeldt, David. 2011. "What the Occupy protests Mean: A TIMN Interpretation (Part II)". *Two Theories*. <http://twotheories.blogspot.pt/2011/12/what-Occupy-protests-mean-timn.html>, consultado a 15 de Outubro de 2013

Rota Irimia, Antón. "Movimientos sociales. Una lectura a partir del postestructuralismo". *Althea Digital*, num. 14, Outono de 2008, pp. 63-81

Shantz, Jeff. 2003. "Beyond the State: The Return to Anarchy". *disClosure: A Journal of Social Theory*, vol. 12, art. 7

Shantz, Jeff. 2010. *Constructive Anarchy: Building Infrastructures of Resistance*. Farnham: Ashgate Publishing

Snow, David, Soule, Sarah e Kriesi, Hanspeter. "Mapping the terrain". In *The Blackwell Companion to Social Movements*, editado por David Snow, pp.3-16. Malden: Blackwell Publishing

Stock, Maria *et al.* 2005. *Velhos e Novos Actores Políticos: Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta

Tilly, C. e Wood, L. 2009. *Social Movements, 1768-2008*. Boulder: Paradigm Publishers

Whyte, William. 1994. "Interviewing in Field Research". In *Field Research*, editado por Robert Burgess. Londres: Routledge

Anexos

Anexo A

Glossário de Movimentos Sociais

Movimentos Analisados

Academia Cidadã – Criada a partir do M12M, promove a participação cívica e política, bem como o aprofundamento da democracia e transparência. Integra a Plataforma Não ao TTIP e o European Civic Forum.

Acampada do Rossio – Ocupação da Praça do Rossio, em Lisboa. O acampamento durou onze dias, em 2012, mas o movimento prolongou a sua actividade por mais cinco meses, organizando assembleias populares. Está atualmente inactiva.

ActiBistas – Combate a bifobia e promove a visibilidade das pessoas bissexuais. Integra a luta contra a bifobia no activismo LGBT. Co-organizador da Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa.

Anonymous – Grupo de defesa das liberdades civis e transparência governativa. Enfoque no hacktivismo.

Artigo 74 – Movimento estudantil. Deve o seu nome ao artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, relativo ao direito à educação. Integra a Plataforma Não ao TTIP e o *International Student Movement*.

Assembleia Popular de Algés – Assembleia popular que junta os moradores de Algés. Defende a auto-organização popular e o exercício da democracia directa.

Auditoria Cidadã à Dívida – Criada para realizar uma auditoria cidadã e independente à dívida pública portuguesa, dedica-se atualmente à informação e sensibilização nas áreas das finanças públicas, transparência e democracia.

Bichas Cobardes – Grupo de defesa dos direitos LGBT e combate à homofobia, bifobia e transfobia. Nasceu como um *blog* com o mesmo nome. Co-organizador da Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa.

(d)Eficientes Indignados – Promoção da direitos, visibilidade e participação política das pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Fábrica das Alternativas – Espaço auto-gerido de debate e troca de saberes. Nasceu por iniciativa da Assembleia Popular de Algés.

Habita – Com o horizonte da defesa do direito à habitação, promove a auto-organização dos moradores em bairros ameaçados e combate os despejos. Integra a Plataforma Não ao TTIP.

Indignados Lisboa – Defesa da participação popular, democracia direta e assembleias populares. Inspirado nos movimentos espanhóis nascidos a partir da experiência do M15M. Está atualmente inativo.

Movimento 12 de Março – Movimento criado pelos organizadores do protesto *Geração à Rasca*, em 2011. Enfoque na participação cidadã, aprofundamento da democracia e melhoria das condições materiais para os grupos sociais menos favorecidos. Está atualmente inativo.

Movimento Técnico – Movimento estudantil dos alunos do Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa).

Movimento Zeitgeist – Seção portuguesa do movimento internacional Zeitgeist, dedicado à defesa de um modelo social pós-escassez, tecno-utópico e com uma economia baseada em recursos (*resource-based economy*).

Ocupação de São Lázaro – Grupo que organizou a ocupação do número 94 da rua de São Lázaro (Lisboa), em 2012. Está atualmente inativo.

Plataforma 15 de Outubro – Rede de movimentos criada na sequência da manifestação internacional de 15 de Outubro de 2011. Constituiu um marco na difusão de estratégias de cooperação entre os movimentos sociais portugueses. Está atualmente inativa.

Plataforma Não ao TTIP – Plataforma de combate à aprovação e implementação do Tratado de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, no acrónimo inglês).

Que Se Lixe a Troika – Movimento que organizou o protesto de 15 de Setembro de 2012. Foi, posteriormente, alargado tornando-se uma rede com activistas de alguns dos principais movimentos sociais portugueses. Está atualmente inativa.

Rendimento Básico Incondicional – Propõe a implementação de uma política de rendimento básico incondicional. Integra o *Unconditional Basic Income Europe*.

Revolução Branca – Movimento de combate à corrupção. Defende a transparência e participação cidadã.

Ritmos da Resistência – Grupo de intervenção anti-capitalista por via da música samba. Participa nas mais variadas mobilizações desde a defesa da dignidade das populações imigrantes aos protestos anti-austeridade. Integra o *Rhythms of Resistance*.

Outros Movimentos Referidos

Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (ATTAC) – Originalmente vocacionado para a implementação de um imposto sobre as transações financeiras, este movimento internacional desenvolveu-se no sentido de ser uma voz dos valores alter-globalistas.

Congresso Democrático das Alternativas – Nascido de um congresso para a discussão da unidade de esquerda e alternativas à austeridade, manteve a sua actividade como um grupo de activismo e participação política.

Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA) – Movimento ecologia que intervém em questões de alterações climáticas, biodiversidade e sustentabilidade ambiental. Integra a Plataforma Não ao TTIP.

Laranjinha – Coletivo e espaço ocupado em Massamá (subúrbios de Lisboa), desde 2013. Tem promovido atividades de defesa do direito à habitação.

Letras fora do Armário – Movimento LGBT dos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Está atualmente inactivo.

Lóbula – Coletivo de intervenção artística e cultural *queer*, trans e feminista. Organiza sessões de leitura, cinema, *performances* e debate com o fim de subverter a cultura patriarcal, heteronormativa e cissexista.

Plataforma de Afetados pela Hipoteca – Inspirado pelo movimento homónimo espanhol, este grupo dedicou-se à auto-organização popular com o objetivo de defender o direito à habitação nos bairros onde este se encontra mais ameaçado. Está atualmente inactiva.

Panteras Rosa – Frente de combate à homofobia, bifobia e transfobia. Co-organizador da marcha do Orgulho LGBT de Lisboa.

PolyPortugal – Movimento de promoção da visibilidade e dignidade das relações poliamorosas. Co-organizador da marcha do Orgulho LGBT de Lisboa.

Precários Inflexíveis – Coletivo vocacionado para as questões da precariedade laboral. Tem participado de modo interventivo nas principais iniciativas do activismo lisboeta, desde as mobilizações anti-austeridade às marchas do orgulho LGBT. Integra a Plataforma Não ao TTIP e é co-organizador da marcha do Orgulho LGBT de Lisboa.

Regueirão dos Anjos (RDA) – Associação cultural e política que promove atividades como grupos de leitura, debates e trocas de saberes.

Anexo B

Entrevistas Realizadas

Número da Entrevista	Movimentos Integrados pelo Entrevistado
1	<i>Academia Cidadã, Acampada do Rossio, Auditoria Cidadã, M12M, Plataforma 15 de Outubro</i>
2	<i>ActiBistas</i>
3	<i>Habita, Ritmos da Resistência</i>
4	<i>Revolução Branca</i>
5	<i>Movimento Zeitgeist, Rendimento Básico Incondicional</i>
6	<i>Artigo 74, Movimento Técnico, Plataforma Não ao TTIP</i>
7	<i>Bichas Cobardes</i>
8	<i>Acampada do Rossio, Indignados Lisboa, ocupação de S. Lázaro</i>
9	<i>Assembleia Popular de Algés, Fábrica das Alternativas, Plataforma Não ao TTIP</i>
10	<i>Auditoria Cidadã à Dívida</i>
11	<i>Movimento Zeitgeist</i>
12	<i>Ritmos da Resistência</i>
13	<i>Ritmos da Resistência</i>
14	<i>(d)Eficientes Indignados, Que Se Lixe a Troika</i>
15	<i>Artigo 74, Plataforma Não ao TTIP</i>
16	<i>Habita</i>
17	<i>Revolução Branca</i>
18	<i>Academia Cidadã, Anonymous</i>
19	<i>Plataforma Não ao TTIP</i>
20	<i>Rendimento Básico Incondicional</i>

Anexo C

Operacionalização do Conceito

Categoria	Variável	Dimensões
Valores	Horizontalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de liderança formal - Percepção de uma liderança informal - Mecanismos de inclusão de grupos excluídos
	Participação	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos membros na tomada de decisões - Participação dos membros na preparação das ações - Participação de não-membros nas ações - Participação de não-membros na preparação das ações - Existência de filiação formal
	Pluralismo	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento <i>single-issue</i> - Abordagem Interseccional - Participação em ações relativas a diferentes áreas de intervenção - Colaboração direta com grupos de diferentes áreas de intervenção - Existência de exigências globais definidas - Existência de manifesto/declaração de princípios - Heterogeneidade ideológica dos membros e simpatizantes
Anti-Valores	Dominação	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem de racismo, género, heteronormatividade, ecologia, imigração, habitação, deficiência, militarismo... - Crítica dos movimentos hierárquicos - Crítica das forças policiais e mecanismos de controlo social - Crítica do Estado
	Capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica das condições laborais, precariedade, desemprego, cortes... - Crítica do capitalismo - Discussão de alternativas ao capitalismo

	Representação Política	<ul style="list-style-type: none"> - Filiação partidária de membros - Abertura ao diálogo e cooperação com partidos políticos - Crítica da classe política e governo - Crítica dos partidos e juventudes partidárias
Organização e Ação	Democracia Direta/Consenso	<ul style="list-style-type: none"> - Retórica de consenso/democracia direta - Prática de democracia interna - Métodos de tomada de decisão - Prática de assembleias populares (método de decisão utilizado)
	Orgânica em Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Pertença do movimento a uma rede de movimentos - Relação com outros movimentos - Autonomia na relação
	Ação Direta e Prefiguração	<ul style="list-style-type: none"> - Retórica de ação direta - Prática de ocupação, assembleia, boicote, trocas, espaços autogestionados, cozinhas, bibliotecas, hortas...

Anexo D

Guião da Entrevista

<p>Explicar, em traços gerais, a natureza do estudo.</p> <p>Garantir a confidencialidade e anonimato.</p>		
Questão/Tópico	Modelo de Análise	
	Variável	Dimensões
<p>Em que tipo de questões/problemas sociais os M militam e intervêm?</p> <p>- E além disso?</p> <p>- E que soluções propões o movimento para essa questão?</p>	Pluralismo	<p>- Movimento <i>single-issue</i></p> <p>- Abordagem Interseccional</p> <p>- Abordagem de racismo, género, heteronormatividade, ecologia, imigração, habitação, deficiência, militarismo...</p>
	Dominação	<p>- Crítica das forças policiais e mecanismos de controlo social</p> <p>- Crítica do Estado</p>
	Capitalismo	<p>- Crítica das condições laborais, precariedade, desemprego, cortes...</p> <p>- Crítica do capitalismo</p> <p>- Discussão de alternativas ao capitalismo</p>
	Representação Política	- Crítica da classe política e governo
<p>Que ações têm organizado ou participado os M?</p> <p>- Quem participou? (membros, não-membros)</p> <p>- Quais os objetivos dessa(s) ação(ões)?</p> <p>- E havia um manifesto ou declaração de princípios?</p> <p>- Que outras ações participaram os M?</p> <p>- E nessas ações alguma vez houve confronto com as forças policiais?</p>	Participação	<p>- Participação de não-membros nas ações</p> <p>- Prática de assembleias populares (método de decisão utilizado)</p>
	Pluralismo	<p>- Movimento <i>single-issue</i></p> <p>- Abordagem Interseccional</p> <p>- Participação em ações relativas a diferentes áreas de intervenção</p> <p>- Colaboração direta com grupos de diferentes áreas de intervenção</p> <p>- Existência de exigências globais definidas</p> <p>- Existência de manifesto/declaração de princípios</p>
	Dominação	- Crítica das forças policiais e mecanismos de controlo social
	Acção Direta e Prefiguração	<p>- Retórica de ação direta</p> <p>- Prática de ocupação, assembleia, boicote, trocas, espaço</p>

Como são planeadas as ações dos M? Quem toma as decisões? - Existe um líder ou uma comissão responsável? - Quem participa? Como se participa? - Se o movimento fosse mais hierárquico, que diferença faria?	Horizontalismo	- Existência de liderança formal - Perceção de uma liderança informal - Mecanismos de inclusão de grupos excluídos
	Participação	- Participação dos membros na tomada de decisões - Participação dos membros na preparação das ações - Participação de não-membros na preparação das Ações - Existência de filiação formal
	Dominação	- Crítica dos movimentos hierárquicos
	Democracia Direta/ Consenso	- Retórica de consenso/democracia direta - Prática de democracia interna - Métodos de tomada de decisão
Quem faz parte dos M? Qual o perfil dos seus ativistas, na globalidade? - E ideologicamente? - Membros de algum partido?	Pluralismo	- Heterogeneidade ideológica dos membros e Simpatizantes
	Representação Política	- Filiação partidária de membros
Com que outros movimentos e partidos os M têm uma relação mais próxima? - Participam nas ações deles? - Integra alguma rede/plataforma de movimentos? - Que outros movimentos integram mais membros do M? - Porque não têm uma relação mais próxima com nenhum partido?	Pluralismo	- Abordagem Interseccional - Participação em ações relativas a diferentes áreas de intervenção - Colaboração direta com grupos de diferentes áreas de intervenção
	Representação Política	- Abertura ao diálogo e cooperação com partidos políticos - Crítica da classe política e governo - Crítica dos partidos e juventudes partidárias
	Orgânica em Rede	- Pertença do movimento a uma rede de movimentos - Relação com outros movimentos - Autonomia na relação

M: Nome do(s) movimento(s) integrado(s) pelo entrevistado